



COMBOIOS DE PORTUGAL

Relatório e Contas Consolidadas 2022

Preservamos os valores sociais,
Ao criarmos uma economia sustentável.



Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2022)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

institucional@cp.pt



Índice









PRINCIPAIS INDICADORES	8
O GRUPO CP	10
Quem Somos	11
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	12
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	12
FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	12
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	12
SIMEF, A.C.E	13
NOMAD TECH	13
TIP, A.C.E.	13
Associação Centro de Competências Ferroviário	13
Modelo de Governo	14
Cadeia de Valor do Grupo	15
Relato Não Financeiro	15
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
Contas Nacionais	17
Mercado de Trabalho	18
Inflação	19
O GRUPO EM AÇÃO	21
CP	22
Sumário Executivo	22
Atividade em 2022	22
Gestão dos Meios	24
Procura e Oferta	25
Proveitos	26
Atividade de Manutenção	27
Investimentos	28
Resultados	29
FERNAVE	31
Sumário Executivo	31
Atividade em 2022	31
Recursos Humanos	32
Proveitos	32
Resultados	33
ECOSAÚDE	34
Sumário Executivo	34

Atividade em 2022	34
Recursos Humanos	34
Proveitos	35
Resultados	35
SAROS	37
Sumário Executivo	37
Atividade em 2022	37
Recursos Humanos	37
Proveitos	37
Resultados	38
SIMEF, A.C.E.	39
Sumário Executivo	39
Atividade em 2022	39
Recursos Humanos	40
Proveitos	40
Resultados	41
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	42
Resultados	43
Resultado Líquido do Grupo	43
Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)	44
Resultado Operacional	44
Resultado Financeiro	45
Balanço	45
Ativo	46
Capital	46
Passivo	46
Dívida Remunerada	47
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	48
PERSPETIVAS PARA 2023.....	49
CP	50
FERNAVE	51
ECOSAÚDE	51
SAROS	52
SIMEF	52
RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AOUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2021 .53	
Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2021	54
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	55
Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	56
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	57
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63

Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)	64
Identificação	64
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	65
Referencial Contabilístico	65
Derrogações às IFRS	66
Valores Comparativos	66
Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	67
Bases de Mensuração	67
Consolidação	68
O Grupo e a Empresa	68
A CP	68
Empresas Participadas	69
Associadas	70
Outras Participações	70
Método de Consolidação	73
Perímetro de Consolidação	73
Políticas Contabilísticas Relevantes	75
Fluxo de Caixa (nota 4)	95
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	95
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	95
Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)	96
Ativos Intangíveis (nota 7)	98
Direitos de Uso de Ativos (nota 8)	99
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)	100
Outros Investimentos Financeiros (nota 10)	101
Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	102
Inventários (nota 12)	104
Clientes (nota 13)	105
Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)	106
Outros Créditos a Receber (nota 15)	107
Diferimentos (nota 16)	107
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)	108
Capital (nota 18)	109
Reservas Legais (nota 19)	110
Outras Reservas (nota 20)	110
Resultados Transitados (nota 21)	110
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)	111
Provisões (nota 23)	111
Financiamentos Obtidos (nota 24)	112
Outras Dívidas a Pagar (nota 25)	114
Fornecedores (nota 26)	114
Vendas e Serviços Prestados (nota 27)	115
Subsídios à Exploração (nota 28)	115
Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)	116
Variação nos Inventários da Produção (nota 30)	117
Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)	117
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)	118
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)	118
Gastos com Pessoal (nota 34)	119
Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)	119
Outros Rendimentos (nota 36)	120
Outros Gastos (nota 37)	120
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)	121

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)	121
Aumentos/reduções de justo Valor (nota 40)	122
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)	122
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)	122
Garantias e Avals (nota 43)	123
Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)	123
Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)	123
RELATÓRIO DE AUDITORIA	124
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	126
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	128

Índice de Gráficos

	Gráfico 1 - Grupo CP.	11
	Gráfico 2 - Taxa anual de crescimento do PIB em cadeia entre 2019 e 2022.	17
	Gráfico 3 - Taxa de variação homóloga do PIB entre 2020 e 2022.	18
	Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.	19
	Gráfico 5 - Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021 e 2022.	20
	Gráfico 6 - Fontes de Financiamento.	47
	Gráfico 7 - Estrutura da Dívida.	48
	Gráfico 8 - Grupo CP.	73

01

PRINCIPAIS INDICADORES



Indicadores Operacionais do Grupo	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	148 123	99 103	49 020	49,5%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 038 038	2 526 613	1 511 425	59,8%
Oferta				
Comboios (10 ³)	421,5	423,2	-2	-0,4%
CK (10 ³)	28 023	27 463	560	2,0%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	244	245	-1	-0,4%
Locomotivas	47	44	3	6,8%
Carruagens	141	126	15	11,9%
Recursos Humanos				
CP	3 750	3 784	-34	-0,9%
SIMEF	69	71	-2	-2,8%
Fernave	10	9	1	11,1%
Ecosaúde	24	25	-1	-4,0%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final do Grupo	3 854	3 890	-36	-0,9%

Indicadores Financeiros do Grupo	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
(10 ³ €)		(Valores Reexpressos)		
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	28 904	9 550	19 354	202,7%
Resultado Líquido	9 183	-13 817	23 000	166,5%
EBITDA (1)	88 250	68 732	19 518	28,4%
Balanço				
Ativo	527 687	564 418	-36 731	-6,5%
Capital Próprio	-1 876 363	-1 885 539	9 176	0,5%
Passivo	2 404 050	2 449 958	-45 908	-1,9%
Financiamentos Obtidos	2 110 191	2 132 493	-22 302	-1,0%

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

Quem Somos

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

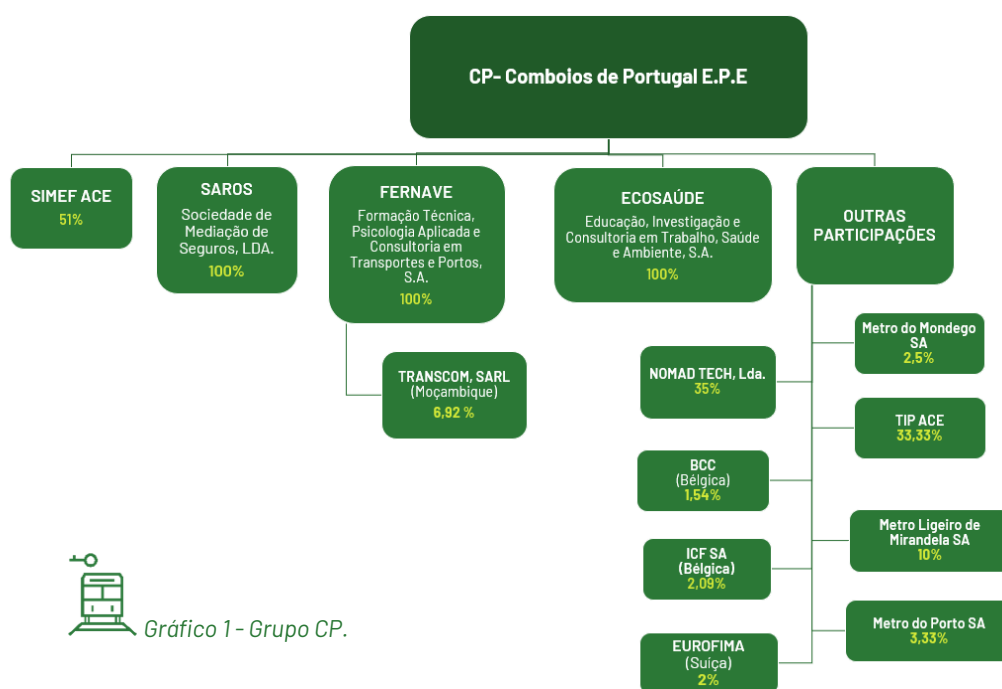
O Grupo presta os seguintes serviços:

- Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Manutenção de material circulante, tanto próprio como de outros Operadores de Transportes;
- Formação Técnica;
- Medicina no trabalho, tanto a Empresas como a Particulares.

O Grupo terminou 2022 com um Volume de Negócios de perto de 278 milhões de euros.

No final de 2022, o Grupo contava com 3.854 Colaboradores, uma frota de 244 automotoras, 47 locomotivas e 141 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular 421 milhares de comboios que transportaram mais de 148 milhões de passageiros.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2022:



A CP mantém ainda uma participação de 5% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior Participada. A CP encontra-se ainda representada na Associação Centro de competências Ferroviária (CCF), com uma participação associativa de 31,65%.

Cada uma das Participadas contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção. Executa as funções oficinais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

NOMAD TECH

A NOMAD TECH desenvolve a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

Associação Centro de Competências Ferroviário

A Associação CCF foi constituída em 2021 e tem como objetivo posicionar Portugal como referência na indústria ferroviária, no desenvolvimento de tecnologias e de novos produtos, na capacitação de capital humano e do tecido industrial nacional e na aceleração de ideias, projetos e empresas com capacidade de internacionalização. Trata-se de uma Associação Sem Fins Lucrativos.

Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP teve a seguinte constituição durante o ano de 2022:

1 de janeiro 2022 a 27 setembro 2022

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início-Fim				
19-07-2019 a 27-09-2022 ⁽¹⁾	Vice Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM n.º118/2019	24-07-2019
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM n.º118/2019	24-07-2019
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM n.º118/2019	24-07-2019
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM n.º118/2019	24-07-2019

Legenda:

(1) Com funções de Presidente em Exercício de 1 de outubro de 2021 a 27 de setembro de 2022

28 de setembro 2022 a 31 de dezembro 2022

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início-Fim				
28-09-2022 a 31-12-2022	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022
28-09-2022 a 31-12-2022	Vice Presidente	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

Acumulação de Funções - 2022				
Membro do Órgão de Administração	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMADTECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 26-01-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública	AG de 31-05-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Vogal do C.A. (de 01-05-2020 a 31-05-2022)	Pública	AG de 14-07-2020
Pedro Manuel Franco Ribeiro	OTLIS	Vogal do C.A. (de 01-05-2020 a 30-06-2022)	Pública	AG de 02-06-2020

Legenda:

Nomad Tech, Lda
 SIMEF A.C.E - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.
 TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
 OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE
 C.A. - Conselho de Administração

Cadeia de Valor do Grupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	Fernave	Ecosaúde	SAROS	SIMEF
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância,		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante					<input checked="" type="checkbox"/>
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				

Ao longo do presente relatório desenvolveremos as principais ações realizadas em 2022 e perspetivas futuras para estas empresas.

Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2022, é parte integrante do Relatório de Governo Societário 2022 da CP, enquanto empresa-mãe do grupo.

03

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



Contas Nacionais¹

No ano de 2022, o PIB registou um crescimento de 6,7% em volume, enquanto o valor nominal aumentou 11,5%, atingindo cerca de 239 mil milhões de euros.

Este crescimento foi o mais elevado desde 1987, após o aumento de 5,5% em 2021 que se seguiu à diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia na atividade económica.

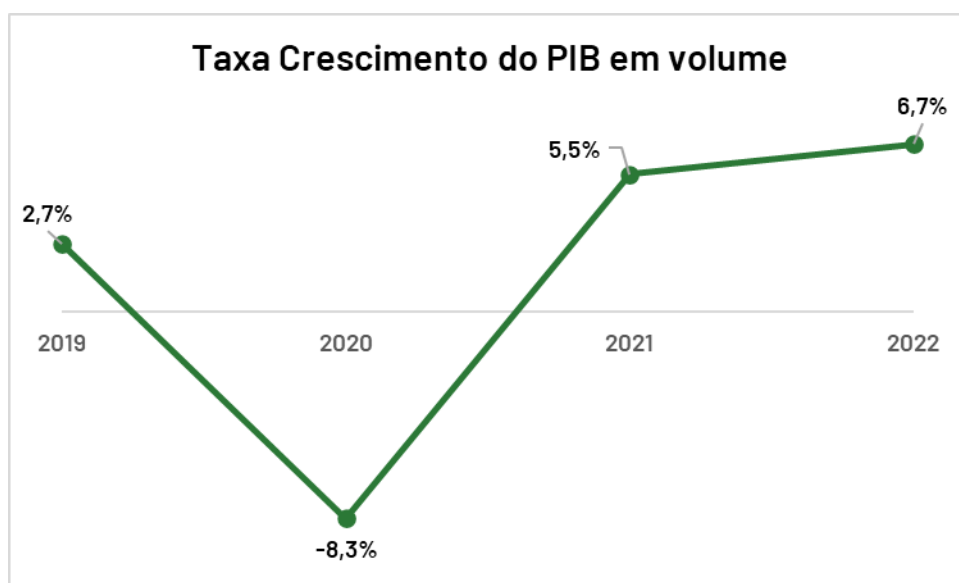


Gráfico 2 - Taxa anual de crescimento do PIB em cadeia entre 2019 e 2022.

Fonte: www.ine.pt

Numa análise mais fina, em termos trimestrais, comparando as evoluções homóloga e em cadeia, verificamos que qualquer uma das taxas foi positiva durante todo o ano de 2022, embora menos expressivas do que em 2021, ano em que se começou a registar a recuperação pós-pandemia.

Todas as variáveis do PIB cresceram nos quatro trimestres, com especial relevância para o primeiro trimestre, com a procura interna a registar uma taxa de variação homóloga na ordem dos 9,5%, verificando-se uma aceleração do consumo privado e uma desaceleração do Investimento. O contributo da procura externa líquida passou a positivo em 2022, tendo-se registado uma aceleração das exportações de bens e de serviços mais intensa que a das importações de bens e serviços.

¹ Fonte: www.INE.pt e [BPstat\(bportugal.pt\)](http://BPstat(bportugal.pt)).

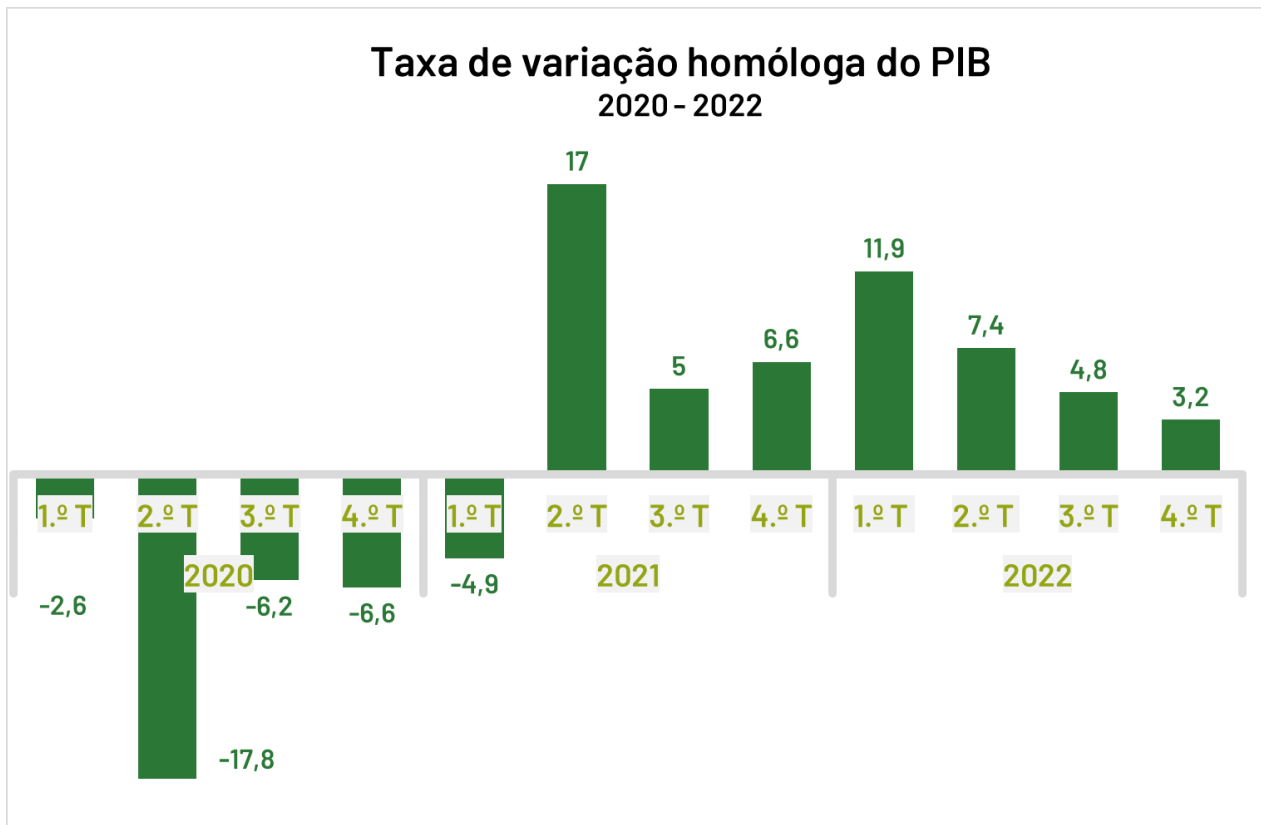


Gráfico 3 – Taxa de variação homóloga do PIB entre 2020 e 2022.

Fonte: www.ine.pt

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego no 3.º e 4.º trimestres de 2022 situou-se, respetivamente, em 5,8 e 6,5%, o que corresponde a uma inversão da tendência de decréscimo que se vinha a verificar em anteriores trimestres.

Depois de durante a pandemia se ter generalizado o trabalho remoto, esta alternativa, que se pensava provisória, tornou-se uma solução duradoura para muitas organizações e trabalhadores. O teletrabalho ou pelo menos um regime híbrido, presencial e remoto, surgiu como uma tendência para o futuro, com impacto no mercado da mobilidade.

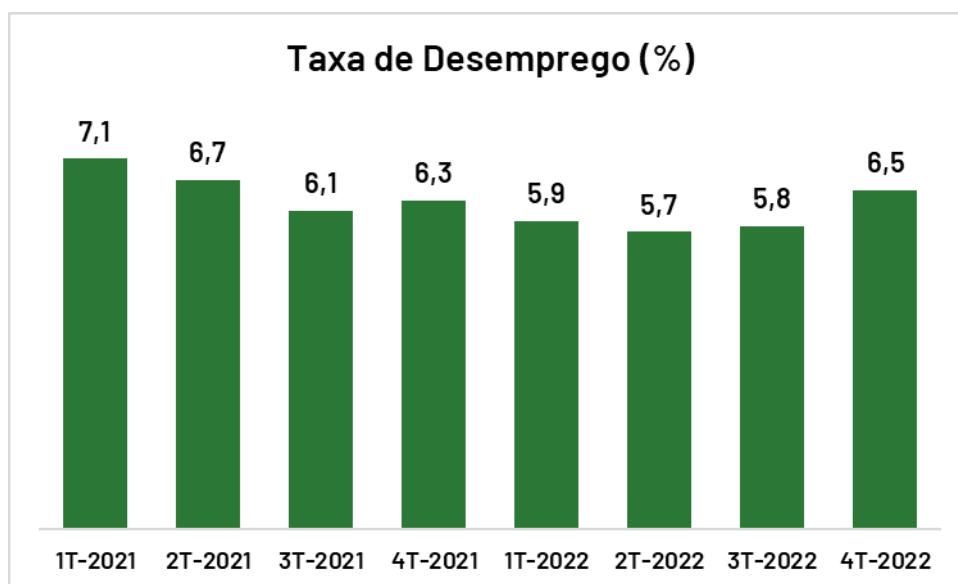


Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.

Fonte: www.ine.pt

Inflação

No seguimento da tendência verificada no segundo semestre de 2021, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou variações homólogas crescentes, que aceleraram no seguimento da invasão da Ucrânia, refletindo, principalmente, o impacto da variação dos preços dos produtos energéticos e alguma recuperação da atividade económica.

A inflação média anual atingiu o valor de 7,8%, o mais elevado desde 1992 (ano em que se cifrou em 9,6%).

Apesar do efeito do acréscimo de consumo no Natal, assistiu-se a alguma desaceleração da inflação nos meses de novembro e dezembro, embora as taxas se tenham mantido elevadas.

Evolução da Taxa de Variação Homóloga do IHPC

2021-2022



Gráfico 5 – Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021 e 2022.

Fonte: www.ine.pt

04

O GRUPO EM AÇÃO



CP

Sumário Executivo

2022 constituiu um marco histórico para a CP, ano em que alcançou, pela primeira vez, um resultado líquido positivo, no valor de 9,2 milhões de euros.

Este resultado é ainda mais relevante considerando o expressivo aumento dos custos com energia para a tração dos comboios, cujos gastos aumentaram mais de 28,5 milhões de euros em apenas um ano.

Por outro lado, foram transportados mais de 148 milhões de passageiros, o maior número nas últimas duas décadas.

Relativamente ao desempenho dos serviços comerciais, em comparação com 2019, ano anterior à pandemia, observou-se um aumento de 2,2% no número de passageiros transportados. Especial menção aos Urbanos de Lisboa, com um crescimento de 6,7%, e aos serviços regionais, que registaram um aumento de 5,1%. O impacto do PART foi crucial para um incremento de aproximadamente 12% na procura dos títulos mensais.

No ano de 2022, foram realizadas mais de 421 mil circulações, tendo a CP alcançado um índice de regularidade de 97,5%. Excluindo o impacto das greves, a regularidade atingiria um índice de 99,5%.

No que diz respeito à pontualidade, esta situou-se nos 80,7%. Importa salientar que aproximadamente 71% dos atrasos foram causados por fatores externos à CP, como, por exemplo, obras de modernização da infraestrutura ferroviária.

Atividade em 2022

Nova oferta na Linha do Douro

A partir de meados de maio a oferta na Linha do Douro foi reforçada na ligação Porto-Pocinho, com a introdução de dois novos comboios e ligeiros ajustes no horário dos restantes, de modo a satisfazer o acréscimo de procura verificado no Verão.

Nova oferta na Linha do Leste

A Linha do Leste passou a dispor, a partir de outubro, de duas viagens diárias, em ambos os sentidos, entre Elvas e Abrantes.

Manutenção do Serviço de Mobilidade em Zonas de Obras na Infraestrutura

Na sequência das obras em curso na infraestrutura ferroviária, a CP procedeu a alguns ajustamentos da oferta e implementou um esquema de transbordos rodoviários nas seguintes Linhas:

- Beira Alta – reprogramação de toda a oferta de comboios Regionais e IC, em virtude do encerramento total desta linha para remodelação, entre Pampilhosa e Guarda, a partir de abril;
- Norte – Urbanos do Porto, Regionais e Longo Curso aos fins de semana.

Comboios Históricos

A campanha 2022 dos Comboios Históricos do Douro e do Vouga, realizou-se como já é habitual durante o verão, obtendo grande adesão de clientes.

Iluminado com luzes de Natal, o comboio histórico do Douro circulou ainda durante alguns dias na altura do Natal entre as estações de Porto S. Bento e de Ermesinde.

Em novembro, o Comboio Vintage do Tejo, fez duas viagens na Linha da Beira Baixa, ligando Lisboa a Castelo Branco.

As Tradicionais “Rotas”

Foram retomadas as parcerias com as Autarquias no sentido de permitir o conhecimento do País, sob os mais diversos pretextos sazonais, tais como a Rota das Amendoeiras em Flor, a Rota das Cerejas ou a Rota da Lampreia.

Nova Loja CP na Estação de Entroncamento

Foi inaugurada em janeiro a terceira Loja CP, no Entroncamento. Mantendo a conceção das anteriores lojas de Belém e Cascais, a Loja do Entroncamento vai agrupar vários serviços da Empresa numa só área, com dispositivos multimédia interativos para consulta e compra de produtos CP, gestão de filas de espera, zonas de apoio ao cliente e venda de *merchandising*.

Concurso para Aquisição de Material Circulante

Prosseguiu o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os serviços regional e urbanos de Lisboa e do Porto e construção de oficina de manutenção de material circulante, lançado no final de 2021 e com conclusão esperada para 2023.

Carruagens ARCO

Foi obtida, em julho, a homologação pelo IMT das carruagens adquiridas à RENFE, tendo as mesmas começado de imediato a circular na Linha do Minho.

Instalação de Rádios GSM-R na Linha de Cascais

Entraram em funcionamento na Linha de Cascais os novos rádios GSM-R. Foram assim substituídos os antigos rádios analógicos, o que representou uma melhoria significativa das condições de segurança e operação dos comboios da Linha de Cascais.

"Comboio Português"

A CP integra um consórcio constituído com o propósito de fabricar material circulante, um dos doze primeiros contratos do programa designado "Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial", com dotação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que envolve universidades, centros de investigação, empresas e associações representativas de vários setores de atividade, tendo em vista a construção do "Comboio Português".

Gestão dos Meios

Recursos Humanos

No final de 2022 o efetivo total a cargo da CP era de 3.750 trabalhadores, menos 34 do que no final de 2021.

A taxa de absentismo registou em 2022 um ligeiro acréscimo de 0,3 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,7%. Os principais motivos de absentismo foram as ausências por doença.

A taxa de trabalho suplementar apresentou, por sua vez, um acréscimo de 0,8 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 11,1%.

Em 2022, foram ministradas mais de 95 mil horas de formação, a cerca de 6 000 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP. A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

Frota

No final de 2022 a CP dispunha de 432 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material	2022	2021	Δ 22-21
Automotoras Elétricas	195	195	0
Automotoras Diesel	49	50	-1
Locomotoras Elétricas	36	33	3
Locomotoras Diesel	11	11	0
Carruagens	141	126	15
TOTAL	432	415	17

Onde Prestam Serviço	2022	2021	Δ 22-21
Serv. Urb. Lisboa	98	98	0
Serv. Urb. Porto	34	34	0
Serviço Reg./LC	295	278	17
Aluguer Medway	5	5	0
Total	432	415	17

No parque acima indicado incluem-se 18 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo). Durante o ano foram devolvidas 2 automotoras à RENFE.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 50 carruagens. Depois de um cuidado trabalho de remodelação e posterior pedido de homologação, a partir do segundo semestre de 2022 entraram ao serviço 9 destas carruagens.

A CP dispõe ainda de diverso material motor e rebocado afeto aos Comboios Históricos e Comboio Socorro e Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

Procura e Oferta

Com o levantamento ao longo do ano de 2022 das restrições à mobilidade impostas no âmbito do controlo da Pandemia, verificou-se uma acentuada recuperação da procura, terminando a CP o ano com mais de 148 milhões de passageiros transportados, mais 49,5% que no ano anterior e 2,2% acima do registado em 2019.

Esta recuperação foi transversal a todos os Serviços. Em termos percentuais o crescimento mais pronunciado registou-se no Serviço de Longo Curso, cerca de mais 75%, tendo em termos nominais sido o Serviço Urbano de Lisboa o que apresentou um aumento mais significativo, com um crescimento de perto de 36 milhões de passageiros transportados.

Em termos de títulos, destaca-se o crescimento dos títulos mensais, beneficiando das medidas implementadas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

Passageiros (*10 ³)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	110 168	74 500	35 668	47,9%
Serv. Urbano Porto	20 592	13 751	6 841	49,7%
Serv. Urbano Coimbra	867	602	265	43,9%
Serv. Longo Curso	5 522	3 159	2 363	74,8%
Serv. Regional	10 864	7 066	3 798	53,8%
Serv. Internacional	111	26	85	334,1%
TOTAL	148 123	99 103	49 020	49,5%

A CP realizou durante o ano de 2022 cerca de 421 mil comboios e aproximadamente 28 milhões de comboios-quilómetro (CK), o que representou, respetivamente, uma redução de 0,4% e um aumento de 2%, face ao ano anterior.

Durante 2022 foram suprimidas aproximadamente 11 mil circulações programadas, sendo que cerca de 9 mil devido a greves.

Comboios	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	199 482	201 674	-2 192	-1,1%
Serv. Urbano Porto	83 286	83 763	-477	-0,6%
Serv. Urbano Coimbra	10 964	11 005	-41	-0,4%
Serv. Longo Curso	24 890	21 983	2 907	13,2%
Serv. Regional	101 437	104 108	-2 671	-2,6%
Serv. Internacional	1 416	674	742	110,1%
TOTAL	421 475	423 207	-1732	-0,4%

Proveitos

Os proveitos de tráfego acompanharam a tendência da procura, ascendendo em 2022 a cerca de 255,7 milhões de euros², o que representou um acréscimo de 49% face ao ano anterior. No entanto, os proveitos de tráfego ficaram ainda cerca de 7% aquém dos valores de 2019, refletindo

² Os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

a recuperação mais lenta dos títulos ocasionais.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	97 477	78 847	18 630	23,6%
Serv. Urbano Porto	31 473	23 024	8 449	36,7%
Serv. Urbano Coimbra	1 184	798	386	48,4%
Serv. Longo Curso	93 753	50 101	43 653	87,1%
Serv. Regional	29 539	18 494	11 045	59,7%
Serv. Internacional	2 298	307	1 991	648,0%
TOTAL	255 723	171 570	84 153	49,0%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Em 2022, a taxa média de atualização tarifária foi de 0,57%. Não se verificou qualquer atualização tarifária dos títulos ocasionais dos serviços Urbanos e apenas ligeiros aumentos em algumas Zonas nas Assinaturas.

Atividade de Manutenção

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2022 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Para reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões de comboios comerciais, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Automotoras Diesel: 1 Allan da série 0350, para serviço na Linha do Leste;
- Locomotivas Elétricas: 3 Locomotivas da série LE 2600/2620 para o Serviço Regional na Linha de Minho e para criação de redundância às Locomotivas Elétricas da série 5600;
- Carruagens Schindler: 2 carruagens para os serviços da Linha do Douro;
- Carruagens Sorefame: 4 carruagens para os serviços da Linha do Douro.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE em 2020. As primeiras 9 unidades reabilitadas foram homologadas pela ERA (European Union Agency for Railways) e iniciaram o serviço comercial a partir do segundo semestre de 2022 na Linha do Minho.

Graças à recuperação de material imobilizado, durante 2022 foram devolvidas mais 2 automotoras diesel alugadas à RENFE.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2022, ascendeu a 13,9 milhões de euros.

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN.
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;
- Reparações de rotáveis para vários Clientes.

Investimentos

Em 2022, o valor de investimentos realizado ascendeu a 27,7 milhões de euros, tendo 79% sido destinados à aquisição e modernização de material circulante.

Investimento Total (Valores em Milhares de Euros)	Valor Realizado	Peso
Aquisição de Material Circulante	5 100,0	18,4%
Modernização de Material Circulante	16 736,4	60,5%
Trabalhos para a própria Empresa	12 992,0	
Outros Material Circulante	3 744,3	
Instalações Fixas	2 207,2	8,0%
Equipamentos	2 296,9	8,3%
Informatização	1 322,7	4,8%
TOTAL	27 663	

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, dado que são realizadas internamente, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

A rubrica de “Aquisição de material circulante” incorpora o segundo adiantamento do contrato de aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2022/2021	
	REAL 2022	REAL 2021 (valores reexpressos)	Valor	%
Vendas e serviços prestados	275 094	192 841	82 253	43%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	256 519	171 977	84 542	49%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	13 902	16 443	-2 541	-15%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 673	4 421	252	6%
Subsídios à exploração	116 204	141 117	-24 913	-18%
Variação nos inventários da produção	2 096	-825	2 921	354%
Trabalhos para a própria entidade	12 992	13 317	-325	-2%
Outros rendimentos	28 191	22 709	5 482	24%
	434 677	309 159	85 418	18%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-32 944	-25 383	-7 561	-30%
Fornecimentos e serviços externos	-160 669	-129 391	-31 278	-24%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-151 005	-145 785	-5 240	-4%
Outros gastos	-4 676	-2 865	-1 811	-63%
	-348 294	-303 404	-45 890	-15%
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	85 283	65 755	19 528	30%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-55 111	-56 385	1 274	2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	342	814	-472	-58%
Indemnizações por rescisão	-235	-8	-227	-2838%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 156	2 440	-284	-12%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2 071	-1 700	-371	-22%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-33	255	-288	-113%
Provisões (aumentos/reduções)	692	-352	1 044	297%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	261	1 462	-1 201	-82%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2 050	-1 751	-299	-17%
Aumentos/reduções de justo valor	-	3	-3	-100%
Outros rendimentos (não core)	4	171	-167	-98%
Outros gastos (não core)	-615	-1 435	820	57%
	28 623	9 269	19 354	209%
Juros e rendimentos similares obtidos	14	9	5	56%
Juros e gastos similares suportados	-18 891	-22 766	3 875	17%
	-18 877	-22 757	3 880	17%
	9 746	-13 488	23 234	172%
Imposto sobre o rendimento do período	-565	-335	-230	-69%
	9 181	-13 823	23 004	166%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2022, apresenta uma melhoria de 166% face ao ano anterior (23 milhões de euros), passando de -13,8 milhões de euros, em 2021, para 9,2 milhões de euros em 2022.

Para esta variação contribuiu, fundamentalmente, a recuperação dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros e a melhoria do resultado financeiro, ainda que parcialmente compensadas pelo acréscimo de algumas naturezas de gastos, essencialmente, de natureza exógena, i.e., não controláveis pela empresa.

Ao nível dos rendimentos, para além do aumento dos *serviços prestados*, na ordem dos 82,3 milhões de euros, de referir a diminuição dos *subsídios à exploração*, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em 24,9 milhões de euros. De salientar que em 2021 foram registados (reexpressos) os montantes que resultaram da publicação da Resolução do Conselho de Ministros que aprovou os valores finais do acerto ao Contrato de Serviço Público respeitante ao ano de 2020.

Os *fornecimentos e serviços externos* registaram um aumento de cerca de 31,3 milhões de euros, destacando-se o acréscimo de gastos relacionados com a energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura, justificado, quer pela recuperação da atividade da empresa, quer pela atualização de preços da energia, a partir de maio de 2021, e dos preços do Diretório de Rede.

O *custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, aumentou 7,6 milhões de euros, com especial incidência nos consumos de armazém da área de manutenção, bem como no consumo de combustível, devido ao acréscimo do preço médio.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações), aumentaram 5,2 milhões de euros, devido, essencialmente, à entrada em vigor do novo “Acordo de Empresa”, que, entre outras medidas, veio proceder a uma atualização salarial com efeitos retroativos a janeiro de 2022, para todos os trabalhadores que manifestaram intenção de aderir ao mesmo e à atualização remuneratória de 0,9%.

O *Resultado Financeiro* em 2022 foi negativo em 18,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior de cerca de 3,9 milhões de euros (+17%), em virtude da diminuição da dívida remunerada.

FERNAVE

Sumário Executivo

A FERNAVE registou em 2022 um acréscimo da sua atividade face ao ano anterior, principalmente no segmento de formação, dando resposta às necessidades de cerca de 140 Clientes, empresariais e particulares.

Os proveitos ascenderam a 1,5 milhões de euros (um acréscimo de 33,8% face ao ano anterior), o que permitiu concluir o exercício de 2022 com um Resultado Líquido de 535,4 milhares de euros, 46,7% melhor que o registado no ano anterior.

Atividade em 2022

Das ações desenvolvidas em 2022 na área da formação, destacam-se as seguintes:

- Cursos de certificação em itinerários, de condução de material circulante (diverso e condução e desempanagem) e de condução em parque fechado, desenvolvidos à medida das necessidades específicas dos Clientes;
- Ações de segurança ferroviária realizadas para as empresas de empreitadas com vista a conceder habilitação para execução de trabalhos na via-férrea, dadas as novas exigências no que respeita a segurança solicitadas pela IP (Infraestruturas de Portugal);
- Formações em regulamentação ferroviária, seja comercial ou de circulação, que fazem parte dos ciclos formativos das empresas e possibilitam a manutenção do conhecimento ou a certificação, de acordo com a legislação em vigor e os sistemas de gestão de segurança dos Clientes;
- Na vertente comercial, cursos para Assistente Comercial ou Operador de Revisão e Venda relativos a venda de títulos de transporte nacional / internacional e a atendimento ao Cliente.

A nível da atividade de Psicologia realizaram-se cerca de 1.400 exames, abrangendo intervenções de recrutamento e de avaliação psicológica de seleção, exames de controlo especial, assim como periódicos, para vários clientes do setor dos transportes e particulares. Destacam-se os seguintes:

- Exames para manutenção da certificação de maquinistas (controlo periódico) e para a certificação inicial (seleção), tendo em vista a emissão da carta por parte do IMT;
- Exames a operadores de circulação, a condutores de via interdita e outras avaliações psicológicas no âmbito de funções ligadas à segurança de circulação, como sejam os pilotos de via interdita, operadores de revisão e venda, assistentes comerciais e operadores de manobras, entre outras;
- Exames de admissão de licenciados, bem como um conjunto de entrevistas profissionais, com o objetivo de selecionar os candidatos com as competências psicoprofissionais mais adequadas ao perfil pretendido para as mais variadas áreas e/ou departamentos das empresas clientes.

Na área da Consultadoria destacam-se os seguintes projetos:

- Na área do ensino profissional, continuação da parceria com o Município de Cascais e o Agrupamento de Escolas IBN Mucana para apoio ao funcionamento do curso profissional de Técnico de Gestão de Transportes;
- Continuação do projeto da Mystic Tua, do Sistema de Mobilidade do Tua, com vista à obtenção do pedido de licença de operador ferroviário e à criação do sistema de gestão de segurança, na vertente de operador ferroviário e gestor de infraestrutura;
- Novo projeto, lançado em concurso internacional, para o desenvolvimento de competências a nível nacional, denominado “Estudos de diagnóstico de necessidades de qualificações e competências e atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ): Lote 11: Transportes - Construção e Reparação”. A Fernave tem o objetivo de contribuir para uma área de conhecimento crítica no processo de reindustrialização do país, com a redefinição de qualificações e competências técnicas.

Recursos Humanos

A FERNAVE aumentou a sua equipa de 9 para 10 Colaboradores.

Proveitos

Os três segmentos de atuação da FERNAVE registaram incrementos significativos nos proveitos, decorrentes do acréscimo de atividade.

Os proveitos, no valor de 1,5 milhões de euros, registaram um acréscimo de 33,8% face ao ano anterior.

Proveitos (Valores em euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Formação	1 341 277 €	1 037 090 €	304 187 €	29,3%
Psicologia	139 172 €	70 104 €	69 068 €	98,5%
Consultadoria	21 008 €	15 098 €	5 910 €	39,1%
TOTAL	1 501 457 €	1 122 292 €	379 165 €	33,8%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Vendas e serviços prestados	1501 457 €	1122 292 €	379 165 €	33,8%
Fornecimentos e serviços externos	-546 650 €	-484 130 €	-62 520 €	-12,9%
Gastos com o pessoal	-380 888 €	-369 592 €	-11 296 €	-3,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-433 €	-1054 €	621 €	58,9%
Imparidade de investimentos não depreciáveis(perdas/reversões)	48 788 €	39 331 €	9 457 €	24,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0 €	-20 000 €	20 000 €	100,0%
Outros rendimentos	22 402 €	198 294 €	-175 892 €	-88,7%
Outros gastos	-1624 €	-85 281 €	83 657 €	98,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	643 052 €	399 860 €	243 192 €	60,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-10 391 €	-8 123 €	-2 268 €	-27,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	632 661 €	391 737 €	240 924 €	61,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	0 €	0 €	s/s	
Resultado antes de impostos	632 661 €	391 737 €	240 924 €	61,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-97 272 €	-26 835 €	-70 437 €	-262,5%
Resultado líquido do período	535 389 €	364 902 €	170 487 €	46,7%

A FERNAVE concluiu o exercício de 2022 com um Resultado Líquido de 535,4 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 46,7% face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento registado no Volume de Negócios, na ordem dos 33,8%, conforme analisado anteriormente.

No que diz respeito aos Fornecimentos e Serviços Externos, o aumento de 12,9% prende-se com o aumento da atividade formativa, realizado sobretudo com recurso a subcontratação.

O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se, essencialmente, à reclassificação da categoria profissional de um trabalhador.

Recorda-se que, em 2021, foi concluído o processo que decorria na Justiça Moçambicana, sobre a venda do DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) relativo a terreno em Maputo, com decisão desfavorável à Fernave. Na sequência dessa decisão, o acordo de compra e venda do referido DUAT foi anulado, o sinal devolvido ao comprador e o remanescente do valor acordado foi contabilizado em Outros Ganhos. Da anulação do contrato resultou igualmente o custo referente ao valor do terreno, registado em Outros Gastos.

Em termos de investimentos realizados em 2022 destaca-se a atualização do *software* dos exames psicológicos (renovação de licenças) e a aquisição de diversos equipamentos audiovisuais, assim como de computadores.

ECOSAÚDE

Sumário Executivo

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2022 com um Resultado Líquido de cerca de 95 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 19,7 milhares de euros face ao ano anterior.

O volume de negócios registou um decréscimo de 7,1%, decorrente da descontinuação da prestação de serviços extraordinários relacionados com a Pandemia.

Atividade em 2022

Registou-se o regresso da atividade da empresa aos serviços tradicionais, com um aumento dos atos médicos relacionados com Medicina no Trabalho e com Gestão de Sinistros, variação, no entanto, não traduzida em termos de proveitos totais, devido à referida descontinuação da prestação de serviços extraordinários relacionados com a Pandemia.

Indicadores de Atividade (Unidades)	2022	2021	Variação %
Medicina do trabalho (atos médicos)	13 167	12 234	8%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 707	1 670	2%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 137	11 319	-2%
Especialidades médicas e de enfermagem	3 119	3 491	-11%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	744	657	13%
Formação - Volume de horas de formação	8 612	8 004	8%
Formação - N.º de ações formação	23	58	-60%
Formação - N.º de formandos	253	509	-50%

Recursos Humanos

No final do exercício de 2022 a ECOSAÚDE contava com 24 trabalhadores no quadro, menos um do que no final do ano anterior.

Proveitos

Os proveitos reduziram-se 7,1% face ao ano anterior, derivado de ter existido menor procura de serviços relacionados com a Pandemia.

O Grupo CP representa cerca de 46% dos proveitos da ECOSAÚDE. As entidades terceiras, tanto empresariais como particulares, dirigem-se principalmente às especialidades médicas e serviços de saúde prestados na clínica de Lisboa.

Clientes mais Relevantes (Valores em euros)	2022	% do Total da faturação
CP Comboios de Portugal EPE	1 166 417	44%
Grupo CP: SIMEF, NOMAD TECH e FERNAVE	61 636	2%
PSA SINES- TERMINAIS CONTENTORES	289 049	11%
ESPECIALIDADES MÉDICAS (CLIENTES B2C)	114 213	4%
HONEYWELL PORTUGAL AUTO.C	108 634	4%
GENERALI SEGUROS SA (Seguradoras Unidas, anteriormente)	112 775	4%
MULTICARE - SEG. SAÚDE,	69 858	3%
SILOPOR-EMP. SILOS PORTUÁRIOS	62 299	2%
TRANSTEJO- TRANSPORTES TEJO	61 585	2%
MEDWAY-OP. FERR.E LOG.DE	47 823	2%
OUTROS CLIENTES	538 452	20%
Total	2 632 741	

Resultados

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2022 com um Resultado Líquido de cerca de 95 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 19,7 milhares de euros face ao ano anterior.

As Vendas e Prestações de Serviços registaram um decréscimo de 7,1%, conforme analisado anteriormente.

Apesar do decréscimo registado na maioria das rubricas dos gastos, este veio a demonstrar-se insuficiente para compensar a quebra de rendimentos dos serviços relacionados com a Pandemia, com margem unitária mais elevada.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Vendas e Prestações de Serviços	2 632 741	2 834 736	-201 995	-7,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 676 643	-1 787 235	110 592	6,2%
Gastos com o pessoal	-793 215	-819 658	26 443	3,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8 190	-5 497	-2 693	-49,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	52 514	52 376	138	0,3%
Outros Gastos e Perdas	-28 407	-45 404	16 997	37,4%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	178 800	229 318	-50 518	-22,0%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-40 005	-46 309	6 304	13,6%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	138 795	183 009	-44 214	-24,2%
Juros e Gastos Similares Suportados	-5 779	-8 905	3 126	35,1%
Resultado Antes de Impostos	133 016	174 104	-41 088	-23,6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-38 035	-59 441	21 406	36,0%
Resultado Líquido do Período	94 981	114 663	-19 682	-17,2%

SAROS

Sumário Executivo

Em 2022 a Saros manteve as atividades de mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP e obteve um Resultado Líquido de 337,8 milhares de euros.

Atividade em 2022

Tendo presente a missão atribuída à empresa, que consiste na mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP, no decorrer do ano de 2022, a Saros desenvolveu a sua atividade centrando-se nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas na contratação de seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão das peças concursais (programas de concurso, cadernos de encargos e outros), prestando todos os esclarecimentos técnicos necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente e assessoria para esclarecimento de questões diversas sobre as apólices vigentes (coberturas/ sinistros/indenizações/ entre outros);
- Gestão das apólices de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da Saros não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções de produtos que melhor respondam às necessidades e especificidades das empresas.

Recursos Humanos

No ano de 2022 a atividade operacional foi assegurada apenas pela Gerência, não tendo a empresa outros trabalhadores ao seu serviço.

Proveitos

Em 2022 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 424,4 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 2,4% face ao registado em 2021.

No que se refere à distribuição das comissões auferidas por ramo de seguros, os “Acidentes de Trabalho” e “Saúde” foram os mais expressivos, representando, conjuntamente, 83,7% do total das comissões auferidas em 2022.

Ramos (Valores em Milhares de Euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Acidentes de Trabalho	174,8	179,8	-5,0	-2,8%
Saúde	179,9	163,0	16,9	10,4%
Responsabilidade Civil	51,4	52,1	-0,7	-1,3%
Outros	18,3	19,6	-1,3	-6,6%
TOTAL	424,4	414,4	9,9	2,4%

Resultados

Em 2022 a Saros obteve um Resultado Líquido de 337,8 milhares de euros, o que representou um decréscimo de cerca de 5,9 milhares de euros face ao ano anterior.

A rubrica “Vendas e Serviços Prestados” registou um aumento na ordem dos 9,9 milhares de euros, conforme analisado anteriormente.

Ao nível dos gastos, os “Fornecimentos e Serviços Externos” registaram um acréscimo na ordem dos 2,6 milhares de euros, e os “Gastos com o Pessoal” mantiveram-se ao nível do ano anterior.

A rubrica “Outros Rendimentos” engloba o reconhecimento, em 2022, do excesso de estimativa de imposto apurado com efeitos a 31-12-2021.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Vendas e serviços prestados	424 355	414 448	9 906	2,4%
Fornecimentos e serviços externos	-13 368	-10 759	-2 609	-24,2%
Gastos com o pessoal	-56 889	-57 003	114	0,2%
Outros rendimentos	70 834	81 942	-11 108	-13,6%
Outros gastos	-9 241	-9 078	-163	-1,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	415 691	419 550	-3 859	-0,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-497	-19	-478	-2538,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	415 194	419 531	-4 337	-1,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	8	-8	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	s/s
Resultado antes de impostos	415 194	419 539	-4 345	-1,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-77 400	-75 893	-1 507	-2,0%
Resultado líquido do período	337 794	343 646	-5 852	-1,7%

SIMEF, A.C.E.

Sumário Executivo

Com o termo gradual das restrições impostas pelo cenário de Pandemia, o SIMEF retomou em 2022 a sua atividade normal, com o regresso integral dos colaboradores ao trabalho em regime presencial, ainda que com a aposta no reforço de medidas básicas de prevenção e proteção da saúde dos colaboradores.

De referir que a situação pandémica não representou um impacto financeiro para o SIMEF, não tendo havido alteração quer do ponto de vista de faturação, quer do ponto de vista da operação / execução de trabalhos.

A guerra na Europa e a respetiva escalada de preços e possíveis disrupções na cadeia de aprovisionamento, teve como reposta por parte do SIMEF um plano estratégico para aprovisionamento de materiais críticos, de forma a assegurar preços e inventário disponível para continuidade da operação. Os níveis de inventário mantiveram-se em linha com o fecho de 2021.

Em dezembro de 2022, após certificação do Sistema de Manutenção, o SIMEF assumiu a qualidade de Entidade Responsável pela Manutenção (ERM) na União Europeia, em conformidade com o Reg. (UE) 2019/779.

Atividade em 2022

Do ponto de vista operacional e das atividades desenvolvidas em 2022 destaca-se a continuidade dos trabalhos relativos às intervenções R2's na série LE4700, os quais, para além de permitirem alavancar as competências técnicas, revestem-se de grande importância do ponto de vista do negócio.

Ainda no âmbito operacional merece relevância o aumento das valências internas na reparação de equipamentos eletrónicos, dotando assim o SIMEF de competências indispensáveis para responder com maior eficácia e autonomia às avarias verificadas neste tipo de equipamentos, cuja obsolescência é a principal causa das intervenções de manutenção corretiva.

No âmbito da Inovação e Desenvolvimento merece especial relevância a continuidade da aposta na digitalização, transversal a todos os departamentos da Organização.

Foi dada a continuidade aos trabalhos associados ao desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão da Manutenção (SGM), nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2019/779 (Entidade Responsável pela Manutenção). A primeira auditoria de concessão decorreu em dezembro de 2022, culminando na respetiva certificação sem constatações de maior relevo e, como tal, na prossecução do objetivo delineado pelo SIMEF.

Os trabalhos associados ao projeto de implementação do SGM permitiram a introdução de melhorias, ajustes ou adaptações nos processos e atividades diretamente relacionadas com a gestão da qualidade e da segurança e saúde no trabalho, otimizando assim, a integração de requisitos comuns à gestão da manutenção.

Foi garantida a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde nos termos da norma NP EN ISO 45001:2018 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, ao abrigo da NP EN ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade.

O planeamento estratégico para o ano de 2022, baseado nos desafios que se perspetivam no mercado ferroviário e a importância crescente da Segurança Ferroviária na atividade e no negócio, determinou o desenvolvimento e a implementação na estrutura organizacional do SIMEF da Área da Qualidade, Segurança e Ambiente (QSA).

Recursos Humanos

O SIMEF conta com um efetivo de 69 trabalhadores.

Ainda em parte devido à situação pandémica, a taxa de absentismo foi 4,97%, acima do objetivo estabelecido de 4%.

No que se refere à política de formação, com o intuito de desenvolver as capacidades, competências e qualificações dos nossos Colaboradores, foram ministradas neste ano 2.956 horas de formação, que corresponde a cerca de 41.78 horas de formação por colaborador.

No ano de 2022 manteve-se o enfoque de toda a Equipa SIMEF na consolidação da cultura corporativa da redução contínua da sinistralidade, tendo-se registado 4 acidentes de trabalho.

Proveitos

O volume de negócios apresentou um incremento de 2,3%, justificado pela realização de serviços adicionais.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Manutenção de locomotivas	13 386 031	13 083 179	302 852	2,3%
TOTAL	13 386 031	13 083 179	302 852	2,3%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Vendas e serviços prestados	13 386	13 083	303	2,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 156	-1 954	-203	-10,4%
Fornecimentos e serviços externos	-7 953	-7 852	-101	-1,3%
Gastos com o pessoal	-2 206	-2 110	-96	-4,6%
Provisões (aumentos/reduções)	-47	-123	76	61,5%
Outros rendimentos e gastos	16	-9	26	273,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 039	1 035	5	0,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-98	-104	6	6,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	942	931	11	1,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	1	-1	-75,0%
Resultado antes de impostos	942	932	10	1,1%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	s/s
Resultado líquido do período	942	932	10	1,1%

O Resultado Líquido no exercício de 2022 ascendeu a 942 milhares de euros.

A realização de serviços adicionais contribuiu para o aumento do valor do volume de negócios e teve impacto no acréscimo de gastos verificado.

05

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



Resultados

Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS			Variação 2022/2021		
	REAL 2022	REAL 2021	REAL 2021 (valores reexpressos)	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	277.500	195.051	195.051	82.449	42%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	256.518	171.977	171.977	84.541	49%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	13.902	16.443	16.443	-2.541	-15%	
Vendas e serviços prestados - Outros	7.080	6.631	6.631	449	7%	
Subsídios à exploração	116.204	89.386	141.117	-24.913	-18%	
Variação nos inventários da produção	2.096	-825	-825	2.921	354%	
Trabalhos para a própria entidade	12.992	13.317	13.317	-325	-2%	
Outros rendimentos	27.938	22.737	22.737	5.201	23%	
	436.730	318.666	371.387	65.333	18%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-32.944	-25.383	-25.383	-7.561	-30%	
Fornecimentos e serviços externos	-160.549	-129.381	-129.381	-31.168	-24%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-150.272	-144.980	-144.980	-5.292	-4%	
Outros gastos	-4.715	-2.921	-2.921	-1.794	-61%	
	-348.480	-302.865	-302.865	-45.815	-15%	
Resultado operacional das atividades core de transportes e manutenção* (EBITDA)	88.250	17.001	68.732	19.518	28%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56.870	-58.155	-58.155	1.285	2%	
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	342	814	814	-472	-58%	
Indemnizações por rescisão	-235	-35	-35	-200	-571%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos cor	1.187	1.617	1.617	-430	-27%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2.071	-1.700	-1.700	-371	-22%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-42	248	248	-290	-117%	
Provisões (aumentos/reduções)	682	-372	-372	1.064	286%	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	310	1.502	1.502	-1.192	-79%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2.049	-1.753	-1.753	-296	-17%	
Outros rendimentos (não core)	4	171	171	-167	-98%	
Outros gastos (não core)	-615	-1.519	-1.519	904	60%	
	Resultado operacional	28.903	-42.181	9.560	19.353	203%
Aumentos/reduções de justo valor	0	3	3	-3	-100%	
Juros e rendimentos similares obtidos	10	5	5	5	100%	
Juros e gastos similares suportados	-19.100	-23.015	-23.015	3.915	17%	
	Resultado financeiro	-18.080	-23.007	-3.917	17%	
	Resultado antes de impostos	9.813	-65.188	-13.457	23.270	173%
Imposto sobre o rendimento do período	-630	-360	-360	-270	-75%	
	Resultado líquido do período	9.183	-65.548	-13.817	23.000	166%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do grupo.

O Resultado Líquido do Grupo CP, apurado no ano findo de 31 de dezembro de 2022, sofreu um incremento de 166% face ao registado em igual período do ano anterior, passando de -13,8 milhões de euros, em 2021, para 9,2 milhões de euros em 2022, o que representa uma melhoria no resultado de cerca de 23,0 milhões de euros.

De salientar a melhoria generalizada dos Resultados do Grupo, com um aumento do EBITDA das atividades core (em 19,5 milhões de euros) e do Resultado Operacional Consolidado (em 19,4 milhões de euros), acompanhado igualmente pela melhoria registada no Resultado Financeiro Consolidado (em 3,9 milhões de euros).

Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)

O EBITDA das atividades core, registado em 2022, é superior ao ano anterior, em cerca de 19,5 milhões de euros. De seguida, apresentam-se as principais alterações que contribuíram para a variação ocorrida:

- Aumento das *prestações de serviços* em 82,4 milhões de euros, com origem essencialmente nos serviços de transporte de passageiros, com especial incidência para o acréscimo na venda de bilhetes e passes combinados, em resultado da eliminação progressiva, no decurso do ano de 2022, das medidas de restrição impostas devido à pandemia COVID 19 e consequente aumento do número de passageiros transportados;
- Diminuição dos *subsídios à exploração*, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em 24,9 milhões de euros. De salientar que em 2021 foram registados os montantes que resultaram da publicação da Resolução do Conselho de Ministros que aprovou os valores finais do acerto ao Contrato de Serviço Público respeitante ao ano de 2020;
- Aumento da variação nos *inventários da produção*, no valor de 2,9 milhões de euros, fruto do acréscimo dos rotáveis em reparação, assim como do incremento dos trabalhos em curso associados à atividade de manutenção e reparação de material circulante;
- Aumento dos *outros rendimentos*, em cerca de 5,2 milhões de euros, decorrente do registo como rendimentos de exercícios anteriores, dos valores relativos ao PART dos meses de setembro a dezembro de 2021, assim como dos rendimentos suplementares originados pela compensação devida à CP pela necessidade de recurso a transbordos rodoviários, em virtude da suspensão da circulação ferroviária originada pelos trabalhos de modernização da Linha da Beira Alta que se iniciaram em abril de 2022;
- Aumento do *custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 7,6 milhões de euros, com especial incidência para os consumos de armazém da área de manutenção, bem como para o consumo de combustível;
- Aumento dos *fornecimentos e serviços externos* em cerca de 31,2 milhões de euros, de onde se destaca o acréscimo de gastos relacionados com a energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura. Salienta-se ainda o incremento dos gastos relativos a aluguer de veículos rodoviários, para colmatar a suspensão da circulação na Linha da Beira Alta;
- Aumento dos *gastos com pessoal* (sem indemnizações), em 5,3 milhões de euros, justificada em parte pela entrada em vigor em junho de 2022 do novo “Acordo de Empresa” da CP, que, entre outras medidas, veio proceder a uma atualização salarial com efeitos retroativos a janeiro de 2022, para todos os trabalhadores que manifestaram intenção de aderir ao mesmo.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Grupo CP, apurado em 2022, no valor de 28,9 milhões de euros, melhorou em 19,4 milhões de euros face ao registado no ano anterior, que ascendeu a 9,6 milhões de euros. Destacam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos *gastos de depreciação e de amortização*, em 1,3 milhões de euros;
- Variação positiva das *provisões* no montante de cerca de 1,1 milhões de euros, em função das responsabilidades apuradas, essencialmente, da reversão em 2022 por via da aceitação das faturas com as penalidades contratuais associadas ao material circulante do Metro do Porto de 2021;

- Variação positiva na rubrica de *imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)*, em cerca de 1,2 milhões de euros, justificada pela reversão de perdas por imparidade, em 2021, por via da recuperação e reintegração no serviço de transporte de passageiros, de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda;
- Diminuição dos *outros gastos (não core)*, em 0,9 milhões de euros, em resultado essencialmente do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação, em 2022, em valor inferior ao registado em 2021.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo em 2022 foi negativo em 19,1 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2021 de cerca de 3,9 milhões de euros (+17%). Esta situação resulta fundamentalmente da redução do passivo remunerado do Grupo.

Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS			Variação 2022/2021	
	31-12-2022	31-12-2021	31-dez-21 REEXPRESSO	Valor	%
ATIVO					
Ativo Não Corrente	393.588	424.367	424.367	-30.779	-7%
Ativo Corrente	134.099	88.321	140.052	-5.953	-4%
Total do Ativo	527.687	512.688	564.419	-36.732	-7%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio que inclui:	-1.876.363	-1.937.270	-1.885.539	9.176	0,5%
Resultado Líquido do período	9.183	-65.548	-13.817	23.000	166%
Total do Capital Próprio	-1.876.363	-1.937.270	-1.885.539	9.176	0,5%
PASSIVO					
Passivo Não Corrente	216.867	269.462	269.462	-52.595	-20%
Passivo Corrente	2.187.183	2.180.496	2.180.496	6.687	0,3%
Total do Passivo	2.404.050	2.449.958	2.449.958	-45.908	-2%
Total do Capital Próprio + Passivo	527.687	512.688	564.419	-36.732	-7%

Ativo

Em 2022, o Ativo do Grupo CP diminuiu em cerca de 36,7 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis*, em 30,1 milhões de euros, em resultado das depreciações dos ativos fixos tangíveis não terem sido compensados pela realização de investimento;
- Redução dos *direitos de uso de ativos* (IFRS 16) no valor de 1,6 milhões de euros, relativos a contratos de locação que cumprem os requisitos definidos na norma, em resultado da depreciação em função da vida útil estimada;
- Aumento dos *inventários* em 2,4 milhões de euros, justificado em parte pelo aumento generalizado dos preços das matérias-primas utilizadas pela área de manutenção;
- Aumento do saldo do *Estado e outros entes públicos* em 4,7 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, do acréscimo dos valores de IVA a recuperar, devido ao registo no final do ano da maioria das faturas relativas à taxa de uso da infraestrutura e energia para tração, respeitantes ao 2º semestre de 2022;
- Aumento do saldo de *caixa e depósitos bancários* em 32,2 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelas limitações orçamentais na CP que impediram a realização de amortização adicional da dívida contraída em anos anteriores para obviar a necessidades operacionais;
- Diminuição do saldo de *outros créditos a receber*, no montante de 44,5 milhões de euros, com especial enfoque no decréscimo da rubrica de *devedores por acréscimos de rendimentos*, rubrica esta onde, em 2021, se encontravam registados (reexpressos) os montantes relativos ao acerto da compensação financeira pelo cumprimento das obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, relativas ao ano de 2020 e que, entretanto, foram efetivamente recebidos no decorrer do ano de 2022.

Capital

Em 2022, não foram realizados pelo Estado Português quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital.

As variações registadas no *Capital Próprio* do Grupo resultam de:

- Transferência para *Resultados Transitados do Resultado Líquido* da empresa de 2021, o que ainda aguarda aprovação pela Tutela;
- Do *Resultado Líquido Consolidado* de 2022.

Passivo

O total do *Passivo* do Grupo CP registou em 2022 uma diminuição de 45,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição das *provisões constituídas* em 1,4 milhões de euros, em resultado, essencialmente, de reversão da provisão para pensões de acidentes de trabalho, de acordo com o estudo atuarial efetuado por entidade externa. De referir ainda, a reversão das provisões relativas às penalidades contratuais associadas à prestação de serviços de manutenção do material circulante do Metro do Porto, respeitantes ao ano de 2021, que

acabaram por compensar parcialmente o registo das provisões relativas ao exercício de 2022, originando um reforço de cerca de 0,3 milhões de euros;

- Diminuição do saldo em dívida ao *Estado e Outros Entes Públicos*, em 1,4 milhões de euros, decorrente do facto de as retenções na fonte sobre o trabalho dependente do mês de dezembro, terem sido liquidadas no próprio mês, ao contrário do que aconteceu em 2021;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 19,8 milhões de euros, destacando-se o decréscimo da dívida à IP, justificado pelo facto de as faturas relativas aos serviços prestados nos últimos meses de 2021 terem sido somente pagas no início de 2022;
- Aumento das *Outras Dívidas a Pagar* em 4,2 milhões de euros justificado, essencialmente, pelo incremento nos valores especializados com a energia, (de uso geral e de tração) em cerca de 6,7 milhões de euros, impacto parcialmente compensado com a diminuição dos valores acrescidos respeitantes aos serviços auxiliares e adicionais/IP, em cerca de 2,2 milhões de euros.

Dívida Remunerada

No final de 2022 a dívida financeira do Grupo situava-se em cerca de 2,110 mil milhões de euros, apresentando-se de seguida o detalhe por fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento (Milhares de Euros)

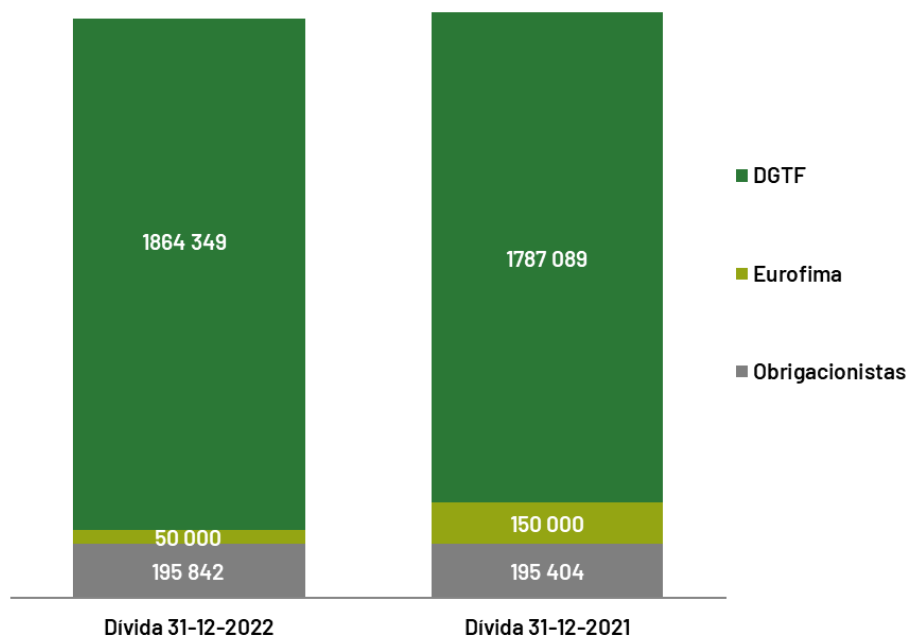


Gráfico 6 – Fontes de Financiamento.

Por se aguardar a concretização do saneamento da dívida histórica da CP, os empréstimos contratados, bem como as sucessivas prorrogações do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do Estado, têm sido feitos por prazos inferiores a 1 ano.

Os empréstimos celebrados com a DGTf, cuja amortização estava prevista para 2022, foram objeto de prorrogação à semelhança do ocorrido nos anos transatos, para dezembro de 2023. A prorrogação operou-se com o competente Despacho Tutelar, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho. No entanto, a dívida passou a vencer juros remuneratórios, à taxa de juro de cada contrato de financiamento.

O empréstimo de financiamento com a EUROFIMA de 50 milhões de euros, foi objeto de prorrogação na data de vencimento de 28 de julho de 2023, por mais 12 meses, e com novas condições financeira.

Pelas razões anteriormente apontadas, a dívida de curto prazo representa cerca de 90,7 % do total da dívida, conforme é possível verificar no gráfico seguinte:

Estrutura da Dívida

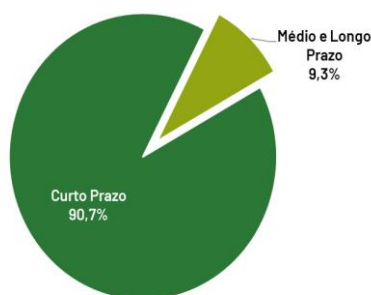


Gráfico 7 – Estrutura da Dívida.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para os valores objeto de recolha, transporte e contagem de valores, para recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, decorrente da impossibilidade do IGCP fornecer este serviço, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.

06

PERSPETIVAS PARA 2023



CP

A CP pretende assumir-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Com este desafio e tendo em conta os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades que se perspetivam, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2022-2030, com os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos:

<p>1</p> <p>Preparar a CP para um novo contrato de obrigações de serviço público (CSP), findo o atual, já com o período de cinco anos de extensão incluído, mobilizando, desde já, a empresa para garantir as exigências contratadas durante o período de vigência do mesmo.</p>	<p>2</p> <p>Recuperar económica e financeiramente a CP e crescer, recuperando, no curto prazo os valores da procura pré-pandemia e, no médio e longo prazo crescer, contribuindo para o incremento da quota modal do transporte ferroviário de passageiros para valores comparáveis com os dos melhores países europeus.</p>	<p>3</p> <p>Antecipar e liderar a alta velocidade, preparando a CP para ser competitiva num potencial contexto de concorrência, definindo um posicionamento para se perpetuar enquanto operador estruturante da mobilidade nacional.</p>	<p>4</p> <p>Reformular e modernizar a oferta, tirando partido da nova geografia Ferroviária, melhorando a qualidade do serviço oferecido ao cliente, em especial no que respeita aos tempos de viagem e ao conforto a bordo, tirando partido das novas condições de operação que resultarão das intervenções em curso na infraestrutura, para melhor servir todo o país e garantir o aumento da quota de mercado.</p>	<p>5</p> <p>Melhorar a experiência do cliente num novo contexto de mobilidade, aumentando os níveis de conhecimento sobre os clientes e a personalização da oferta e das comunicações, evoluindo para modelos de cooperação abrangente com outros atores de mobilidade (MaaS).</p>
	<p>2.1. Aumentar proveitos e quota de mercado</p> <p>2.2. Melhorar índices de rentabilidade</p>			<p>5.1. Desenvolver uma plataforma de mobilidade integrada (MaaS)</p> <p>5.2. Aumentar a satisfação e fidelização dos clientes</p> <p>5.3. Incrementar a notoriedade da marca CP</p>
<p>6</p> <p>Aumentar a eficiência, segurança e sustentabilidade dos processos, procedendo à sua reengenharia e respetiva transformação digital, aumentando a eficiência operacional e a otimização funcional, bem como garantindo benefícios e financiamento nos projetos a implementar.</p>	<p>7</p> <p>Mobilizar, qualificar e rejuvenescer as equipas, evoluindo no sistema de gestão, reestruturando a CP e dando resposta aos desafios emergentes relacionados com as pessoas e as suas competências.</p>	<p>8</p> <p>Evoluir os sistemas e transformar digitalmente a CP, com recurso à modernização digital nas áreas mais críticas da sua operação, nomeadamente na produção de comboios, oficinas, material circulante e comercial, garantindo as infraestruturas tecnológicas necessárias à agregação e tratamento inteligente dos dados com segurança.</p>	<p>9</p> <p>Inovar para modernizar a CP, implementando sistemas de gestão da inovação e de colaboração efetiva com o seu ecossistema para desenvolver ideias e projetos diferenciadores.</p>	<p>10</p> <p>Liderar a mobilidade verde e reforçar os compromissos sociais da CP, comprometendo-se com a descarbonização do setor dos transportes e promovendo a empresa enquanto um ator central na coesão social e territorial portuguesa.</p>
<p>6.1. Aumentar eficiência e otimizar processos críticos</p> <p>6.2. Incrementar níveis de segurança</p>	<p>7.1. Implementar sistema de gestão de pessoas potenciando o capital humano</p> <p>7.2. Rejuvenescer e requalificar o efetivo</p> <p>7.3. Mobilizar o efetivo</p>	<p>8.1. Evoluir os sistemas <i>core</i></p> <p>8.2. Transformar a experiência digital de clientes e trabalhadores</p> <p>8.3. Reforçar capacidade de captação e análise inteligente de dados</p>	<p>9.1. Implementar sistema de gestão de inovação</p> <p>9.2. Participar ativamente na revitalização da indústria nacional da ferrovia</p>	<p>10.1. Mitigar impactos ambientais</p> <p>10.2. Reforçar a CP enquanto agente de coesão social e territorial</p>

Perspetiva-se para 2023 a continuação da recuperação, pós-pandemia, da procura e dos respetivos rendimentos, apesar da crise geopolítica despoletada pela invasão da Ucrânia ter acrescido a imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico.

No pressuposto da conclusão das intervenções planeadas para a infraestrutura, prevê-se a reposição integral do serviço ferroviário na Linha da Beira Alta e a extensão de todos os Urbanos da família Rossio - Mira Sintra/Meleças à Malveira.

Ao nível dos recursos humanos, em conformidade com a RCM n.º 110/2019, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

No que diz respeito ao material circulante, prevê-se que durante 2023 ocorra a assinatura e visto do Tribunal de Contas ao contrato para a aquisição de 117 automotoras para os serviços urbanos e regional, com 36 unidades de opção, em conformidade com a RCM n.º 100/2021.

Prevê-se ainda que prosseguirão os processos com vista à aquisição de quatro locomotivas bi-tensão para o serviço internacional e de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade, com unidades adicionais de opção.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

No pressuposto de que o saneamento financeiro da dívida histórica ocorra durante o ano de 2023, se mantenha a recuperação da procura e sejam atribuídas as devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, prevê-se que a CP passe a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável, com Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos.

FERNAVE

Como resultado do plano de recuperação da União Europeia, esperam-se nos próximos anos grandes investimentos na área da ferrovia e infraestruturas, o que dinamizará o mercado de emprego no setor dos transportes e envolventes e, conseqüentemente, a necessidade qualificar e certificar os seus profissionais.

Face a estas previsões e à expectativa de retoma gradual da atividade no pós-Pandemia, será espectável a necessidade de recurso a serviços, nomeadamente no âmbito da formação, do recrutamento e da avaliação psicológica, valências detidas pela FERNAVE.

A FERNAVE espera assim melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

ECOSAÚDE

A ECOSAÚDE deseja manter-se dotada do conhecimento, dos recursos e das competências para executar uma prestação de serviços de qualidade nas áreas da saúde e segurança no trabalho, de acordo com as exigentes necessidades dos clientes.

Antecipam-se subidas de alguns gastos operacionais, nomeadamente, de prestadores de serviços clínicos e de energia, assim como de juros de dívida remunerada. Poderá ser difícil repercutir estes acréscimos nos contratos dos clientes.

O enfoque do ano 2023 será assim na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na continuação da procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada.

SAROS

O objetivo global definido será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a Saros poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

No que se refere ao Modelo de Governo adotado, a Gerência considera que o mesmo se encontra plenamente funcional e adequado à dimensão da empresa, e assim sendo, não vislumbra a necessidade de concretizar alterações em 2023.

SIMEF

A atual guerra na Ucrânia, a instabilidade nas cadeias de fornecimento, a subida dos custos energéticos, dos preços das matérias-primas e a inflação galopante que a Europa e o nosso País não sentiam neste nível há mais de três décadas, são fatores transformadores que obrigam as empresas a redefinir prioridades e estratégias de investimento.

Assim, ao nível de aprovisionamentos dos materiais preconiza-se para 2023 a continuidade de adoção das medidas para mitigar o impacto na disponibilidade, tempos de entrega e custos associados ao fornecimento de materiais e equipamentos essenciais ao trabalho realizado pelo SIMEF. Já no que respeita aos serviços de reparação, a diversificação de prestadores de serviço (Nacionais) e a internalização de novas competências, são algumas das medidas que permitirão aumentar a autonomia do SIMEF e otimizar os custos de manutenção.

Em matéria de pessoal, prevêem-se medidas para assegurar a satisfação e a retenção do capital humano, nomeadamente através de ajustes em algumas categorias profissionais, assim como a continuidade do alargamento dos benefícios sociais aos colaboradores, aproveitando as sinergias proporcionadas pelas Empresas Agrupadas, Siemens e CP.

No que concerne à atividade de manutenção e em particular à manutenção pesada, o ano 2023 será caracterizado por uma atividade intensa, em linha com o verificado em 2022, em virtude da simultaneidade das grandes intervenções tipo R, nas séries LE5600 e LE4700.

No que à componente de Inovação e Desenvolvimento diz respeito, dar-se-á particular atenção à vertente de cyber segurança, de modo a evitar qualquer disrupção digital no negócio, através da continuidade da análise às vulnerabilidades na rede informática e nos seus equipamentos, com realização de testes de intrusão e monitorização ativa com o Sistema Siesta.

Em matéria de IT preconiza-se dar continuidade à renovação do parque informático e remodelar a infraestrutura informática nos dois PMO's.

No âmbito do recente Protocolo de Cooperação estabelecido com o Instituto Politécnico de Tomar merece especial relevância a oportunidade de criação de sinergias que permitirão a realização de atividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias destinadas ao incremento da diversidade e qualidade da atividade desenvolvida pelo SIMEF.

Já em relação ao nível da utilização das frotas pelos Clientes, estima-se que se situe acima dos níveis registados em 2022.

Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2021

As Contas de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 aguardam aprovação pela Tutela.

08

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Não temos conhecimento de qualquer situação que, em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado, devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Lisboa, 14 de setembro de 2023

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-presidente: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal: Joaquim José Martins Guerra

09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS		
		31-dez-22	31-dez-21	REEXPRESSÃO 31-dez-21 REEXPRESSO
ATIVO				
Activo Não Corrente				
Activos Fixos Tangíveis	6	353 094 209	383 201 731	383 201 731
Activos Intangíveis	7	678 368	69 077	69 077
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	7 985 656	9 611 733	9 611 733
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	3 750 315	3 246 172	3 246 172
Outros investimentos financeiros	10	28 079 361	28 237 924	28 237 924
		393 587 909	424 366 637	-
Activo Corrente				
Inventários	12	44 579 526	42 199 458	42 199 458
Clientes	13	10 794 886	11 353 160	11 353 160
Estado e Outros Entes Públicos	14	10 547 845	5 909 243	5 909 243
Outros créditos a receber	15	14 636 589	7 431 313	51 731 203
Diferimentos	16	1 178 525	1 020 249	1 020 249
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 064 340	2 274 859	2 274 859
Caixa e depósitos bancários	4	50 297 527	18 132 831	18 132 831
		134 099 238	88 321 113	51 731 203
Total do activo		527 687 147	512 687 750	564 418 953
Capitais Próprios e Passivo				
Capital Próprio				
Capital subscrito	18	3 959 489 351	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas Legais	19	24 703	24 703	24 703
Outras Reservas	20	1 306 650	1 306 650	1 306 650
Resultados Transitados	21	(5 937 857 128)	(5 924 032 469)	(5 924 032 469)
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	22	91 490 008	91 490 008	91 490 008
Resultado Líquido do período		9 183 233	(65 547 959)	(13 816 756)
Total Capital Próprio		(1 876 363 183)	(1 937 269 716)	(1 885 538 513)
Passivo				
Passivo Não Corrente				
Provisões	23	12 538 315	13 920 302	13 920 302
Financiamentos Obtidos	24	196 841 684	247 403 907	247 403 907
Passivos de locação (IFRS 16)	8	7 487 068	8 137 937	8 137 937
		216 867 067	269 462 146	-
Passivo Corrente				
Fornecedores	26	14 999 398	34 829 699	34 829 699
Estado e Outros Entes Públicos	14	748 980	2 122 777	2 122 777
Financiamentos Obtidos	24	1 913 349 168	1 885 089 333	1 885 089 333
Passivos de locação (IFRS 16)	8	548 399	1 571 058	1 571 058
Outras dívidas a pagar	25	175 463 686	171 240 253	171 240 253
Diferimentos	16	82 073 632	85 642 200	85 642 200
		2 187 183 263	2 180 495 320	-
Total do passivo		2 404 050 330	2 449 957 466	-
Total do capital próprio e do passivo		527 687 147	512 687 750	564 418 953

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2022	2021	REEXPRESSION 2021
Vendas e serviços prestados	27	277 500 580	195 051 214	195 051 214
Subsídios à exploração	28	116 203 550	89 386 058	51 731 203 141 117 261
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	1 187 402	1 616 577	1 616 577
Variação nos inventários da produção	30	2 095 617	(824 703)	(824 703)
Trabalhos para a própria entidade	31	12 992 032	13 316 590	13 316 590
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(32 943 532)	(25 383 190)	(25 383 190)
Fornecimentos e serviços externos	33	(160 549 124)	(129 380 875)	(129 380 875)
Gastos com o pessoal	34	(150 507 074)	(145 014 736)	(145 014 736)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(2 071 014)	(1 699 559)	(1 699 559)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13/15	(41 997)	248 448	248 448
Provisões (aumentos/reduções)	23	691 654	(371 586)	(371 586)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	35	309 760	1 501 561	1 501 561
Outros rendimentos	36	30 261 098	24 068 368	24 068 368
Outros gastos	37	(9 697 451)	(7 354 633)	(7 354 633)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		85 431 501	15 159 534	66 890 737
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	(56 869 503)	(58 154 595)	(58 154 595)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	39	342 412	814 485	814 485
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28 904 410	(42 180 576)	9 550 627
Aumentos/reduções de justo valor	40	-	2 965	2 965
Juros e rendimentos similares obtidos	41	9 671	4 791	4 791
Juros e gastos similares suportados	42	(19 100 400)	(23 015 482)	(23 015 482)
Resultado antes de impostos		9 813 681	(65 188 302)	(13 457 099)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(630 448)	(359 657)	(359 657)
Resultados Líquido do Período		9 183 233	(65 547 959)	(13 816 756)
Outras operações no capital		(7 903)	242 153	242 153
Resultado integral do período		9 175 330	(65 305 806)	(13 574 603)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Morei

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2021

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2021	1	18 a 22	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 828 618 157)	-	91 480 008	(95 656 465)	(1 871 963 910)	(1 871 963 910)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22		-	-	-	(95 414 312)	-	-	95 656 465	242 153	242 153
	2		-	-	-	(95 414 312)	-	-	95 656 465	242 153	242 153
Resultado líquido do período	3		-	-	-	-	-	-	(13 816 756)	(13 816 756)	(13 816 756)
Resultado integral	4 = 2 + 3		-	-	-	(95 414 312)	-	-	81 839 709	(13 574 603)	(13 574 603)
Operações com detentores de capital no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2021	6 = 1+2+3+5		3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 032 469)	-	91 480 008	(13 816 756)	(1 895 538 513)	(1 895 538 513)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malho

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2022

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total	Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
Posição no início do período de 2022	1	18 a 22	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 032 469)	-	-	91 490 008	(13 816 756)	(1 885 538 513)	(1 885 538 513)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		22	-	-	-	(13 824 659)	-	-	-	13 816 756	(7 903)	(7 903)
		2	-	-	-	(13 824 659)	-	-	-	13 816 756	(7 903)	(7 903)
Resultado líquido do período		3	-	-	-	-	-	-	-	9 183 233	9 183 233	9 183 233
Resultado integral		4 = 2 + 3	-	-	-	(13 824 659)	-	-	-	22 999 989	9 175 330	9 175 330
Operações com detentores de capital no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2022		6 = 1+2+3+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 937 857 228)	-	-	91 490 008	9 183 233	(1 876 363 183)	(1 876 363 183)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra

Demonstração consolidada de fluxos de caixa**Período findo em 31 de dezembro de 2022****(valores em euros)**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-22	31-dez-21
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	479 584 126	302 002 243
Pagamentos a fornecedores	(250 626 094)	(159 409 197)
Pagamentos ao pessoal	(146 378 409)	(137 600 472)
Caixa gerada pelas operações	82 579 623	4 992 574
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(310 536)	(270 777)
Outros recebimentos/pagamentos	1 916 237	7 307 222
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	84 185 324	12 029 019
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(19 486 596)	(14 385 040)
Ativos intangíveis	(35 822)	(52 896)
Investimentos financeiros	-	(2 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	61 500	295 200
Investimentos financeiros	16 749	799 150
Subsídios ao investimento	5 100 000	2 534 215
Juros e rendimentos similares	-	6
Dividendos	667 978	761 957
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(13 676 191)	(12 047 408)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	135 000 000	156 333 333
Outras operações de financiamento	117 347	481 042
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(157 740 165)	(156 333 333)
Juros e gastos similares	(15 722 044)	(16 214 610)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(38 344 862)	(15 733 568)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	32 164 271	(15 751 957)
Efeito das diferenças de câmbio	425	(691)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18 132 831	33 885 479
Caixa e seus equivalentes no fim do período	50 297 527	18 132 831

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

10

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro³, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- A prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- O fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2022, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);

³ A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

- Desenvolvimento de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas (NOMAD TECH, Lda);
- De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, nesta data aguardam aprovação pela Tutela.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14 de setembro de 2023, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores Comparativos

O Grupo CP procedeu à reexpressão retrospectiva das transações e saldos, tal como previsto na “IAS 8: Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”, na sequência do acerto da compensação financeira pelas obrigações de serviço público prestado (OSP) em 2020, designadamente, no tocante ao momento em que o reconhecimento desta compensação se tornou indiscutível.

Na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020 e seguintes, verificou-se que a complexidade de apuramento dos valores, e dos trâmites de validação por entidades externas à empresa, dificultavam o apuramento com fiabilidade do valor final da compensação nos termos estipulados no contrato, e se o mesmo teria condições de ser concretizado.

Tendo o Contrato de Serviço Público (CSP) sido celebrado em 28 de novembro de 2019, e sendo o ano de 2020 o primeiro ano para o qual foram apurados acertos, a fundamentação para a alteração das demonstrações comparativas só foi aferida e consolidada após conclusão do processo de apuramento desta compensação em outubro de 2022, conforme acontecimentos indicados abaixo:

Até ao fecho das contas de 2021

- Em 21 de abril de 2021 - O Grupo CP reporta os primeiros cálculos preliminares ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT), relacionados com a diferença entre os pagamentos aprovados na RCM n.º 43/2020, e o valor final apurado pelo cumprimento das OSP de 2020;
- Em junho de 2021 - Apresenta-se formalmente esse pedido junto do IMT, o qual requer, conforme previsto contratualmente, a validação do “Gestor do Contrato”, e a aceitação de ambas as partes;
- Em julho de 2021 - O IMT, na qualidade de “Gestor de Contrato”:
 - apura o valor de 51,7 milhões de euros (acrescido do IVA), para a componente de acerto/reconciliação;
 - remete para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) a validação da componente de acerto para reposição do equilíbrio financeiro do contrato;
 - refere a necessidade de nova RCM com autorização de despesa, e visto do Tribunal de Contas (TC), para liquidação do acerto.
- Em 10 dezembro de 2021 - É divulgada a RCM nº162/2021, que:
 - altera o valor máximo da compensação financeira de 2020, e estipula um teto máximo adicional de 80,9 milhões de euros (acrescido de IVA); e
 - determina que a parcela que excede o montante de 51,7 milhões de euros (acrescido de IVA), já validado pelo IMT, seja previamente certificada pela IGF.

Até ao fecho das contas de 2022

- Em 20 de julho de 2022 – Foi emitido o relatório da IGF de “Auditoria à execução do Contrato de Serviço Público”, que fixa um adicional de 17,7 milhões de euros (acrescido de IVA), para compensação da reposição do reequilíbrio financeiro de 2020;
- Em 28 de julho de 2022 - O TC informa o Grupo CP que estes acertos estão excluídos de fiscalização prévia. Nada altera relativamente ao valor fixado na RCM nº162/2021 de 10 de dezembro.
- Até dezembro de 2022 - O Grupo CP recebeu a totalidade dos valores fixados para a componente de acerto/reconciliação, e no que respeita à componente para reposição do reequilíbrio financeiro, aguarda-se ainda o pagamento de 1,1 milhões de euros.

Com base neste histórico de informação, conclui-se que o processo relacionado com o apuramento destes acertos culmina com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros onde consta a autorização da despesa para o ano em questão, e com a emissão do relatório da IGF, para a parte variável que requer validação prévia da IGF.

Tendo presente que a RCM nº162/2021, que autoriza o aumento de despesa para a compensação financeira pelo cumprimento das OSP de 2020, foi emitida em 2021, e excluída de fiscalização pelo TC em 2022, procedeu-se à reexpressão dos valores comparativos de 2021 nas demonstrações financeiras 2022, reconhecendo-se na rubrica de subsídios à exploração, por contrapartida de acréscimo de rendimentos, o montante adicional de 51,7 milhões de euros.

Do que resulta relativamente aos prejuízos fiscais dedutíveis da CP, remete-se para o mencionado na nota 11.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja

valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela EU emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Grupo e a Empresa

Considerações Gerais

Ao longo do ano 2022 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas Participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2022 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

Entidades conjuntamente controladas

SIMEF, A.C.E.

Participação CP – 51%

Capital – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

Participação CP – 33,33%

Capital – 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

Associadas

NOMAD TECH, Lda.

Participação CP – 35%

Capital – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras Participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 6,92%

Capital – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)

Participação CP – 5%

Capital – 121.487.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 dezembro de 2022, a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP – 3,33%

Capital – 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP – 10%

Capital – 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,54%

Capital - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

Método de Consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de Consolidação

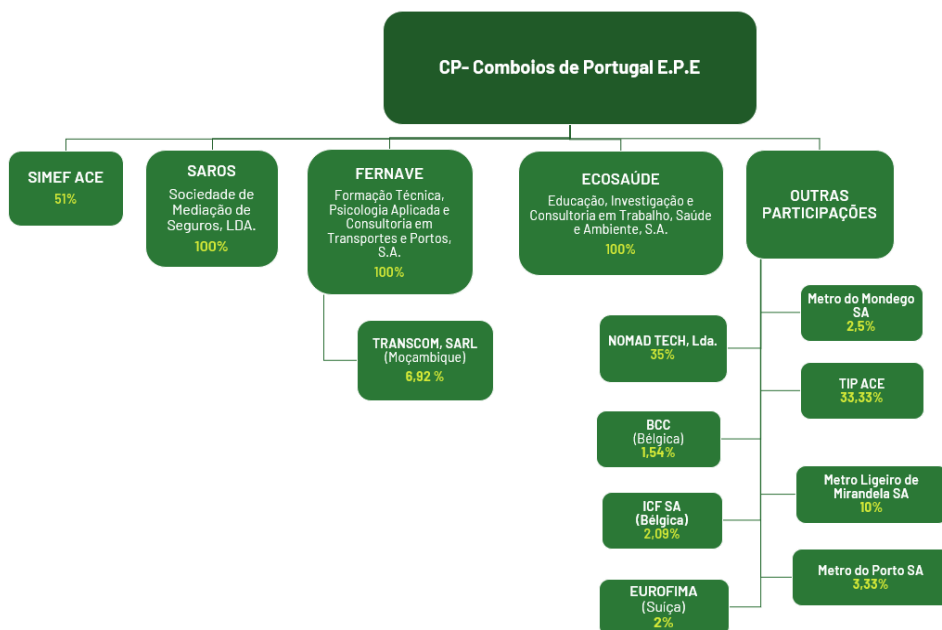


Gráfico 8 - Grupo CP.

O capital da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 de dezembro de 2022 a CP detêm ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a concretização da alienação total da participação (100%). Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

Empresas Incluídas na Consolidação pelo Método de Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

Empresas Associadas Contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	CP, E.P.E.	51%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	CP, E.P.E.	35%

Outras Participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS o Grupo CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;

- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e Instalações Fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
<i>Locomotivas a diesel e elétricas:</i>	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
<i>Automotoras a diesel e elétricas:</i>	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
<i>Carruagens de passageiros:</i>	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança de que o subsídio será recebido e que o Grupo cumprirá com os requisitos exigidos para a sua atribuição.

Os subsídios que compensam o Grupo por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. A especificidade dos subsídios relativos às compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público da CP induz a que os adiantamentos por conta das compensações (duodécimos) são reconhecidos no período a que respeitam, em conformidade com o estipulado por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), e os acertos a essas compensações financeiras, são reconhecidas em rendimentos no ano em que cálculos são apresentados e validados, e nos termos da publicação da respetiva RCM. Caso a RCM remeta para validação externa, o reconhecimento desse montante aguardará o despacho de homologação respetivo.

Os subsídios que compensam o Grupo pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Devendo-se indicar que os adiantamentos por conta das compensações são reconhecidos no período a que respeitam, em conformidade com o estipulado por RCM, e os acertos a essas compensações são reconhecidos no ano em que cálculos são apresentados e validados, e nos termos da publicação de respetiva RCM.

Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos

sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de Imparidade nos Restantes Ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Loações

O Grupo aplica os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, previstos na IFRS 16 – Locações, procedendo do seguinte modo:

Identificação de Loações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos Financeiros Detidos Até à Maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração Subsequente dos Ativos/Passivos Financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá ser mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores

inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e Trabalhos em Curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos Acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em Moeda Estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As taxas de câmbio em vigor, correspondem às divulgadas para a mesma data no site do Banco Portugal (<https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>).

Reconhecimento do Rédito

Transporte de Passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos

incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes Áreas de Atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado;
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre Lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados do Grupo CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
 - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 14 de setembro de 2023, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

Juizados de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas

circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;

- Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

O Conselho de Administração entende adequada a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade do Grupo CP considerando os fatores adiante descritos:

- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- A importância do serviço que o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, que é vital para o funcionamento da atividade económica, vem reforçar a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Imparidades

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de

determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

Materiais com Aplicação em Material Circulante

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Materiais com Aplicação em Material Circulante de Clientes Externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

Peças Reparáveis “Rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

Restantes Materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries Grupo CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual

remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às Normas que se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2022

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2022 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

IAS 16 – ‘Rendimentos Obtidos Antes da Entrada em Funcionamento’

Com esta alteração passa a ser proibida a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis (“outputs”), ao valor contabilístico desses mesmos ativos. A contraprestação recebida pela venda dos “outputs” obtidos durante a fase de testes dos ativos fixos tangíveis deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis, assim como os gastos diretamente relacionados. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 3 ‘Referências à Estrutura Conceptual’

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, no que se refere à identificação de um ativo ou de um passivo no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, sem introduzir alterações aos requisitos contabilísticos para o registo das concentrações de atividades empresariais. Esta alteração clarifica ainda que na aplicação do

método da compra, os passivos e passivos contingentes devem ser analisados à luz da IAS 37 e/ou IFRIC 21 e não conforme a definição de passivo da Estrutura conceptual, e que os ativos contingentes da adquirida não podem ser reconhecidos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IAS 37 ‘Contratos Onerosos – Custos de Cumprir com um Contrato’

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados nessa mesma data.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 16 ‘Locações – Bonificações de Rendas Relacionadas com a COVID-19 Após 30 de Junho de 2021’

A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Melhoramentos às Normas que se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2022

Paralelamente, ocorreram melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2018-2020)(aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022) onde se destaca:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esta alteração vem esclarecer que, no âmbito da avaliação do desreconhecimento de um passivo financeiro, uma entidade deverá apenas considerar honorários pagos ou recebidos entre a entidade e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos por uma em nome da outra.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 16 – Locações

Esta alteração do exemplo ilustrativo 13 inserido na norma, vem a evitar o surgimento de dúvidas relativas ao tratamento de incentivos de locação.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Caixa	465 181	391 661
Depósitos bancários	49 832 346	17 741 170
Total	50 297 527	18 132 831

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2022 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 510 329	98 134 592
Equipamento básico	1528 894 130	1 504 302 863
Equipamento de transporte	3 318 832	3 245 350
Equipamento administrativo	28 547 132	27 841 055
Outros ativos fixos tangíveis	43 559 234	44 214 113
Investimentos em curso	11 114 571	17 147 051
Adiantamentos por conta de investimentos	10 268 506	5 279 520
Sub-total	1 748 746 395	1 720 698 205
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	54 813 693	56 333 170
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 334 679 852	1 288 163 005
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	3 684 431	(9 816 323)
Perdas por imparidade do período	(342 412)	(814 485)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	2 816 622	3 631 107
Sub-total	1 395 652 186	1 337 496 474
Valor líquido contabilístico	353 094 209	383 201 731

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2022 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados	Abates	Transferências regularizações	Outras regularizações	(valores em euros)
								Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	98 134 592	-	-	-	(77 707)	4 453 624	(180)	102 510 329
Equipamento básico	1504 302 863	1 418 049	(934 333)	5 255 729	(3 589)	18 759 240	96 171	1528 894 130
Equipamento de transporte	3 245 350	73 482	-	-	-	-	-	3 318 832
Equipamento administrativo	27 841 055	217 254	-	-	(23 826)	512 649	-	28 547 132
Outros ativos fixos tangíveis	44 214 113	18 092	-	-	(592 514)	1 071 889	(1 152 346)	43 559 234
Investimentos em curso	17 147 051	20 888 057	-	-	(119 975)	(25 605 146)	(1 195 416)	11 114 571
Adiantamentos por conta de investimentos	5 279 520	4 988 986	-	-	-	-	-	10 268 506
	1 720 698 205	27 603 920	(934 333)	5 255 729	(817 611)	(807 744)	(2 251 771)	1 748 746 395
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	54 640 854	2 964 643	-	-	(77 707)	-	-	57 527 790
Equipamento básico	1212 563 278	49 290 298	(735 496)	4 784 238	(3 589)	-	-	1265 998 729
Equipamento de transporte	2 993 203	59 341	-	-	-	-	-	3 052 544
Equipamento administrativo	26 385 910	858 852	-	-	(23 826)	-	-	27 220 936
Outros ativos fixos tangíveis	38 096 608	1 640 557	-	-	(249 001)	-	(10 186)	39 477 978
Ativ. Fix. Tang. -Perdas Impar. Básico	2 816 621	(342 412)	-	-	-	-	-	2 474 209
	1 337 496 474	54 471 279	(735 496)	4 784 238	(354 123)	-	(10 186)	1 395 652 186
Total	363 201 731	(26 867 359)	(196 837)	471 491	(463 488)	(807 744)	(2 241 585)	353 094 209

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2022, respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

De salientar também a recuperação de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda e que por estar em condições de voltar ao serviço comercial, foi transferido para ativos fixos tangíveis, no valor de cerca de 471 mil euros.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

A 31 de dezembro de 2022 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo CP junto da Eurofima:

Descrição	(valores em euros)	
	V.contabilístico	
Automotoras	20 622 844	
Total	20 622 844	

Ativos Intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo ativos que tenham sido desenvolvidos internamente, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	46 040	65 542
Programas de computador	1 135 708	159 670
Ativos intangíveis em curso	-	-
Sub-total	1 181 748	225 212
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	348 125	105 834
Amortização acumulada de períodos anteriores	157 015	421 378
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	(880)	(371 077)
Sub-total	503 380	156 135
Valor líquido contabilístico	678 368	69 077

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2022 é analisada como segue:

(valores em euros)							
Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transf.	Saldo final
Valor bruto:							
Despesas de investigação e desenvolvimento	65 542	14 124			(880)	(32 746)	46 040
Programas de computador	159 670	135 548				840 490	1 135 708
	225 212	149 672	-	-	(880)	807 744	1 181 748
Amortização acumulada e imparidade:							
Amortização do período	(180 283)	348 125	-	-	(880)	180 283	347 245
Amortização acumulada de períodos anteriores	336 418	-	-	-	-	(180 283)	156 135
	156 135	348 125	-	-	(880)	-	503 380
Total	69 077	(198 453)	-	-	-	807 744	678 368

O aumento do ativo intangível, diz respeito à aquisição de programas informáticos, sendo que parte destas aquisições foram feitas como ativo fixo tangível e posteriormente foram transferidas para ativo intangível.

Direitos de Uso de Ativos (nota 8)

No final do ano 2022 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Locações Financeiras - IFRS 16)	14 735 284	14 653 677
Viaturas	241 019	214 971
Automotoras	4 797 582	4 797 583
Espaço oficial (a)	9 696 683	9 641 123
Sub-total	14 735 284	14 653 677
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 707 684	1 715 592
Viaturas	64 052	73 418
Automotoras	1 182 262	1 182 262
Espaço oficial (a)	461 370	459 912
Amortização acumulada de períodos anteriores	5 041 944	3 326 352
Viaturas	133 122	59 704
Automotoras	3 516 799	2 334 536
Espaço oficial (a)	1 392 023	932 112
Sub-total	6 749 628	5 041 944
Valor líquido contabilístico	7 985 656	9 611 733

(a) contrato de locação que transitou para a CP com a operação de fusão com a Emef em 01.01.2020

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	7 487 069	8 137 937
Viaturas	2 660	81 849
Automotoras	-	155 781
Espaço oficial (a)	7 484 409	7 900 308
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	548 399	1 571 058
Viaturas	41 185	-
Automotoras	102 862	1 166 706
Espaço oficial (a)	404 352	404 352
Total	8 035 468	9 708 995

Ainda com impactos em resultado da aplicação IFRS 16, evidenciam-se o valor dos juros suportados nos exercícios de 2021 e 2022:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Viaturas	12 336	14 231
Automotoras	16 999	43 752
Espaço oficial (a)	178 341	187 343
Total	207 676	245 326

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	(valores em euros)					
		31-dez-22			31-dez-21		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	480 313	-	480 313	475 189	-	475 189
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	1 214 316	-	1 214 316	1 248 628	-	1 248 628
OTLIS, ACE	Investimento	-	-	-	-	-	-
TIP, ACE	Investimento	2 055 686	-	2 055 686	1 522 355	-	1 522 355
Total		3 750 315	-	3 750 315	3 246 172	-	3 246 172

Em 2022 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SIMEF A.C.E.	475 189	-	-	480 313	(475 189)	480 313
NOMAD TECH, LDA.	1 248 628	-	-	(34 312)	-	1 214 316
OTLIS A.C.E. (a)	-	88 069	-	-	(88 069)	-
TIP, ACE	1 522 355	-	-	533 331	-	2 055 686
Sub-total	3 246 172	88 069	-	979 332	(563 258)	3 750 315
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	3 246 172	88 069	-	979 332	(563 258)	3 750 315

(a) empresa liquidada em 2021. O valor recebido em 2022 resulta de um acerto relacionado com distribuição de resultados de 2020 e partilha de liquidação.

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o acréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos da quase totalidade das empresas do grupo. Em 2022, de referir ainda o recebimento do remanescente relacionado com a liquidação da participação na Otlis.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF, ACE	51	31-dez-22	9 961 562	9 019 772	941 790	13 402 649	941 790
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-22	5 998 605	2 529 130	3 469 475	1 438 469	(844 840)
TIP, ACE	33	31-dez-22	24 969 168	18 801 493	6 167 674	7 313 460	1 687 191

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2022 e 31/12/2022. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-22			31-dez-21		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	2 000 000	(2 000 000)	-	2 000 000	(2 000 000)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(74 964)	313 316	388 280	(123 752)	264 528
Fundo Comp. Trabalho	Custo de aquisição	311	-	311	207 662	-	207 662
		30 881 214	(2 801 853)	28 079 361	31 088 585	(2 850 641)	28 237 924

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados-membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2022 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	2 000 000	-	-	-	-	2 000 000
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	207 662	-	-	-	(207 351)	311
	31 088 565	-	-	-	(207 351)	30 881 214
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
Centro de Competências Ferroviário	(2 000 000)	-	-	-	-	(2 000 000)
TRANSCOM, S.A.	(123 752)	-	-	-	48 788	(74 964)
	(2 850 641)	-	-	-	48 788	(2 801 853)
Total	28 237 924	-	-	-	(158 563)	28 079 361

A alteração variação nesta rubrica no decorrer do ano de 2022, diz respeito à anulação, quase na totalidade, do fundo de compensação do trabalho, por via de aplicação da legislação em vigor, tendo o valor que se encontrava registado no ativo, sido reembolsado pelo respetivo fundo.

Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, só em 2022, a CP recebe a totalidade dos valores fixados para a componente de acerto/reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de

2020, estando ainda em falta para a componente de reposição do reequilíbrio financeiro desse mesmo ano, o pagamento de 1,1 milhões de euros, conforme divulgado na nota 2 e nota 28. A CP aguarda igualmente o acerto final relativo as compensações pelo cumprimento das OSP de 2021 e de 2022.

Se a compensação de 2020 tivesse sido integralmente reconhecida no ano a que respeita, o resultado líquido do exercício de 2022 seria negativo em 8,7 milhões de euros.

Por não se vislumbrar que num futuro próximo o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados, a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (diferenças temporárias dedutíveis) relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (diferenças temporárias tributáveis) relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

Do que resulta da nota 2, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2021 passam de 354,6 milhões de euros para 318,3 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2022 e 2033.

	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2020	Prejuízo Fiscal dedutível em 2021		Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2021 - antes da reexpressão	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2021 -após reexpressão
		antes da reexpressão	após reexpressão		
CP	347 482 209	43 372 799	7 160 956	390 855 007	354 643 165
Grupo	312 147 257	42 409 923	6 198 081	354 557 180	318 345 338

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto individual do Grupo CP nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022	2021	Reexpressão	2021Reexpresso
Resultado Antes Imposto	9 813 681	(65 188 302)	51 731 203	(13 457 099)
Imposto Esperado	(630 448)	(359 657)	-	(359 657)
Diferenças Permanentes	(5 297 628)	23 138 036	(15 519 361)	7 618 675
Resultado tributável	3.885.605	(42 409 923)	36 211 842	(6 198 081)
Prejuízos Fiscais Deduzidos	(3 108 484)	-	-	-
Materia Coletável	777.121	-	-	-
Taxa Nominal de Imposto	21,0%	21,0%	-	21,0%
Coleta	202 873	-	-	-
Derrama municipal	57 658	-	-	-
Tributação Autónoma	136 613	359 657	-	334 889
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	233 303	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	630.448	359.657	0	334.889
Taxa Efetiva de Imposto	6,4%	-	-	-

Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Mercadorias	129 591	138 575
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56 420 971	53 638 212
Produtos acabados e intermedios*	4 621 213	3 826 473
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
	64 631 867	60 180 785
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(2 071 014)	(1 699 559)
Imparidades de períodos anteriores	(17 981 327)	(16 281 768)
	(20 052 341)	(17 981 327)
Valor líquido contabilístico	44 579 526	42 199 458

*fabricos internos e rotaveis

Da análise aos inventários de 2022 face ao período homologado verificou-se um acréscimo de cerca de 4,5 milhões de euros, tendo a rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo contribuído com cerca de 2,8 milhões de euros, os produtos e trabalhos em curso com 0,9 milhões de euros e os produtos e trabalhos intermédios com 0,9 milhões de euros.

As razões para este incremento prendem-se não só com constrangimentos externos, nomeadamente a evolução dos preços, resultantes da conjuntura internacional (rotura das cadeias de fornecimento) e da inflação; da obrigatoriedade por parte de fornecedores que impõem aquisições de quantidades mínimas; e de tempos de fornecimento dilatados, ocorrendo por vezes a receção dos materiais em data muito próxima da conclusão das intervenções a que se destinavam.

Aliados a estes entraves externos existem também constrangimentos internos: alterações de planeamento de intervenções, quando a compra já está em curso; definição de consistência de intervenções cuja implementação é ajustada, resultando em percentagens de aplicação de materiais inferiores às inicialmente planeadas.

Relativamente às imparidades de inventários, mantiveram-se os critérios relativos a 2021, com exceção de uma das séries de material circulante em que se atualizou a vida útil residual de 12 anos para 21 (UTE2240).

O Grupo procede ao controlo semestral do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu valor. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades.

Os critérios utilizados para a determinação das imparidades de inventários da referida avaliação semestral, encontram-se documentados na nota 3.

Tendo em consideração a aplicação desses critérios, foi reconhecida, em 2022, uma perda por imparidade de cerca de 2,1 milhões de euros. Para este montante contribuíram o reforço de perdas por imparidade registadas em gastos no montante de 2,3 milhões de euros parcialmente

compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 0,2 milhões de euros registados em rendimentos do exercício, como demonstrado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	(17 314 653)	(2 140 561)	237 773	-	(19 217 441)
Produtos acabados e intermédios	(666 674)	(181 808)	13 582	-	(834 900)
Fabricos	(322 917)	(27 517)	-	-	(350 434)
Rotáveis	(343 757)	(154 291)	13 582	-	(484 466)
Total	(17 981 327)	(2 322 369)	251 355	-	(20 052 341)

Clientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	10 761 877	10 633 928
Empresas associadas	70 412	383 931
Empreendimentos conjuntos	(37 403)	329 530
Outras partes relacionadas	-	5 771
Clientes - cobrança duvidosa	5 887 581	5 827 125
Sub-total	16 682 467	17 180 285
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(60 456)	702 535
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(5 827 125)	(6 529 660)
Sub-total	(5 887 581)	(5 827 125)
Valor líquido contabilístico	10 794 886	11 353 160

Em 2022, a rubrica de clientes apresenta uma redução que se deve essencialmente, aos empreendimentos conjuntos. A variação ficou a dever-se à faturação emitida pelo SIMEF de 2021 e cujo pagamento veio a ocorrer já em 2022.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	(5 827 125)	(111 090)	43 931	6 703	(5 887 581)
Total	(5 827 125)	(111 090)	43 931	6 703	(5 887 581)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	240 388	214 949
Pagamento especial por conta	167 451	167 451
Imposto retido na fonte	52 033	47 498
Imposto retido na fonte-Dependente	20 904	-
IVA	9 960 014	5 460 406
IVA a recuperar	2 646 007	5 460 406
IVA reembolsos pedidos	7 314 007	-
Outros Impostos	347 443	233 888
Contribuições Seg Social CNP	337 245	233 888
DGI-FCT	10 198	-
Total	10 547 845	5 909 243
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	675 861	2 016 741
Imposto sobre o rendimento	630 448	359 657
Retenções de imposto sobre o rendimento	45 413	1 657 084
IVA	50 813	75 597
IVA a pagar	50 813	75 597
Outros Impostos	22 306	30 439
Contribuição para a Segurança Social	22 306	22 808
Outras tributações	-	7 631
Total	748 980	2 122 777

Em 2022 o acréscimo do Iva na rubrica "iva a recuperar/reembolsos pedidos" decorreu da aceitação e conseqüente contabilização de faturas por uso da infraestrutura ferroviária referentes ao período de agosto a dezembro e de faturas de energia para tração até novembro.

Quanto ao passivo, a redução constatada na rubrica das retenções de imposto sobre o rendimento reflete o pagamento das retenções na fonte do trabalho dependente no próprio mês de dezembro.

Outros Créditos a Receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	31-dez-22	31-dez-21	(valores em euros)
			31-dez-21 REEXPRESSO
Valor Bruto:			
Adiantamentos a fornecedores	182 001	634 869	634 869
Fornecedores c/c - saldos devedores	211 842	75 570	75 570
Outros	469 834	131 044	131 044
Outros Devedores - pessoal	173 914	113 028	113 028
D.Diversos - c/c	10 087 922	7 892 646	7 892 646
Devedores por acréscimos de receitas	9 271 219	4 410 252	56 141 455
Sub-total	20 396 732	13 257 409	64 988 612
Imparidade acumulada			
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	65 953	(1 240 919)	(1 240 919)
Imparidade de períodos anteriores-O. Div. terceiros	(5 826 096)	(4 585 177)	(4 585 177)
Sub-total	(5 760 143)	(5 826 096)	(5 826 096)
Valor líquido contabilístico	14 636 589	7 431 313	59 162 516

Em 2022, a rubrica de outros créditos a receber apresenta uma redução face ao período homólogo na ordem dos 44,5 milhões de euros. Este facto é explicado pela redução nos devedores por acréscimos de receita, originado pela operação de reexpressão efetuada em 2021, que não se verifica em 2022.

Ainda na mesma rubrica de devedores por acréscimos de receitas, de referir o aumento em resultado das especializações da compensação financeira pela disponibilização do Passe Antigo Combatente Navegante (1,5 milhões de euros) e da receita a devolver por parte do Metro Transportes Sul correspondente ao PART navegante (1,8 milhões de euros).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Transferência	Reversões	(valores em euros)
						Saldo final
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	(5 826 096)	-	3 563	-	62 390	(5 760 143)
Total	(5 826 096)	-	3 563	-	62 390	(5 760 143)

Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	1 178 525	1 020 249
Total	1 178 525	1 020 249
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	81 575 076	85 212 029
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	498 556	430 171
Total	82 073 632	85 642 200

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro faturados, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, de multiriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e de reparação de material circulante, mais concretamente, a faturação por conta de trabalhos a realizar e a ser emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

O valor da rubrica de subsídios ao investimento respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. BiModo e 10 Elec	11 056 145	5 956 145
Subvenções PIDDAC	29 236 744	32 851 630
Subvenções FEDER	39 610 142	44 599 600
Subvenções IGCP	1 444 330	1 576 939
Subvenções Outros (inclui CEF)	227 715	227 715
Total	81 575 076	85 212 029

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização

dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos não correntes detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 804 940	2 015 459
Total	2 064 340	2 274 859

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede-se a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas do Grupo ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(valores em euros)
					(1)-(2)+(3)-(4)
Várias séries	4 270 377	(1 297 880)	(507 060)	(2 465 437)	0

Capital (nota 18)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do exercício de 2022 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa, com referência a 31 de dezembro de 2022, um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados.

Contribuem, no entanto, igualmente para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2022		(5 937 857 128)
Resultados transitados de 2021	(5 924 032 469)	
+ Resultado líquido do período de 2021	(65 547 959)	
+ Reexpressão Resultados 2021	51 731 203	(5 937 849 225)
Movimentos de 2022 directamente em Res.transitados:		(7 903)
Diferenças de consolidação relacionadas com:		
- Outras (saldos e transações)		(7 903)

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	91 490 008	91 490 008

A rubrica *Saneamento Financeiro* reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 874 894	103 136	-	-	1 978 030
Acidentes ferroviários	2 624 691	-	-	178 100	2 446 591
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	9 420 717	927 888	690 333	1 544 578	8 113 694
Total	13 920 302	1 031 024	690 333	1 722 678	12 538 315

A sua diminuição face a 2021 ficou a deve-se essencialmente à variação da rubrica de acidentes de trabalho e doenças profissionais com 1,6 milhões de euros. Em sentido inverso a rubrica de processos judiciais em curso e outros sofreram um acréscimo de 0,1 e 0,3 milhões de euros respetivamente.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2022, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem. Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 4,0%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2022.

Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2022 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 158 316)	(4 596 093)
Outros financiadores	1 000 000	52 000 000
Total não corrente	196 841 684	247 403 907
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Outros financiadores	1 913 349 168	1 885 089 333
Total corrente	1 913 349 168	1 885 089 333
Total	2 110 190 852	2 132 493 240

Durante o exercício, contrataram-se dois empréstimos junto da DGTf. Um em março, no valor de 35 milhões de euros, tendente a aliviar os constrangimentos de tesouraria com que a empresa se defrontava; outro no valor de 100 milhões de euros, por forma a assegurar a amortização de um financiamento da Eurofima, com maturidade a 15 de novembro.

Adicionalmente, amortizou-se parcialmente o empréstimo de 73,14 milhões de euros, contratado com a DGTf em 2019, num total de 57,74 milhões de euros.

Os restantes empréstimos celebrados com a DGTf, cuja amortização estava prevista para 2022, foram objeto de prorrogação à semelhança do ocorrido nos anos transatos, para dezembro de 2023. A prorrogação operou-se como o competente Despacho Tutelar, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho. No entanto, a dívida passa a vencer juros remuneratórios, à taxa de juro de cada contrato de financiamento. Os empréstimos em apreço fazem parte integrante da dívida histórica, pelo que, estão enquadrados na operação de saneamento financeiro da empresa, relativamente à qual a CP continua a aguardar decisão formal do Estado.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações		
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 158 316)	(4 596 093)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 913 349 168	1 885 089 333
De 1 a 5 anos	1 000 000	52 000 000
Total	2 110 190 852	2 132 493 240

Seguidamente discriminam-se as fontes de financiamento da CP que representam o total do capital em dívida dos financiamentos obtidos:

Detalhe por fontes de financiamento	31-dez-22	31-dez-21
Obrigacionistas	195 841 684	195 403 907
Eurofima	50 000 000	150 000 000
DGTf	1 864 349 168	1 787 089 333
Total	2 110 190 852	2 132 493 241

Outras Dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Corrente		
Fornecedores de investimentos	201 737	3 467 542
Credores por subscrições não liberadas	42 246 369	40 195 026
Outros devedores e credores	2 557 932	3 991 020
Credores por acréscimo de gastos	130 457 648	123 586 665
Total	175 463 686	171 240 253

Esta rubrica apresenta um acréscimo de 4,2 milhões de euros, com um aumento de 6,9 milhões de euros no saldo de credores por acréscimo de gastos, justificado, essencialmente, pelo incremento nos valores especializados com a energia, (de uso geral e de tração) em cerca de 6,7 milhões de euros e, contrariamente, uma diminuição nos valores acrescidos respeitantes aos serviços auxiliares e adicionais/REFER, em cerca de 2,2 milhões de euros.

Nesta rubrica são também considerados os juros especializados do empréstimo do IGCP, que totalizam cerca de 1,1 milhões de euros.

No sentido inverso, para a redução do saldo dos fornecedores de investimento, em cerca de 3,3 milhões de euros, contribui a liquidação, no 1º trimestre de 2022, de faturação recebida e contabilizada, em dezembro de 2021, referente a investimentos diversos com equipamentos oficiais e de aplicação em material circulante.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada Eurofima conforme já identificado na nota 10.

Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Fornecedores c/c		
Gerais	7 850 096	34 381 153
Facturas em receção e conferência	7 149 302	448 546
	14 999 398	34 829 699

A diminuição que se verifica na rubrica em cerca de 19,8 milhões de euros face ao ano transato é motivada essencialmente pelo efeito das faturas da energia para tração e taxa de utilização da

infraestrutura da entidade IP datadas de 2021 e cujo pagamento ocorreu já no decorrer do ano de 2022, ao contrário do que aconteceu às faturas de 2022, as quais foram liquidadas no próprio ano.

Vendas e Serviços Prestados (nota 27)

As vendas e serviços prestados apresentam-se conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Prestações de serviços		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	255 722 351	171 976 899
Manutenção e reparação de material circulante	15 233 433	16 440 991
Outros	6 544 796	6 633 324
Total	277 500 580	195 051 214

Verificou-se um acréscimo de cerca de 82,5 milhões de euros em virtude de um aumento generalizado da procura no período pós pandémico.

A bilhética corrente cresceu 64 milhões de euros, impulsionada em grande medida pelo acréscimo da procura dos serviços de longo curso, que obtiveram uma melhoria de cerca de 46,7 milhões de euros.

A bilhética combinada e o PART também seguiram esta tendência com um acréscimo de cerca de 6 e 14,2 milhões de euros respetivamente.

Por seu turno, verificou-se uma ligeira redução dos rendimentos associados aos serviços de manutenção de material circulante (2,1 milhões de euros) e rotáveis (1 milhões de euros).

Subsídios à Exploração (nota 28)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2022 e 2021:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021 Reexpresso
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	116 203 550	141 115 580
Comparticipação do exercício (adiantamento)	98 463 385	89 384 377
Apuramento da compensação final de 2020	17 740 165	51 731 203
Subsídios Shift2Rail	-	1 681
Total	116 203 550	141 117 261

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Decorrente desta formalização, foram pagas, em 2021 e 2022, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

Sobre estes acertos, de referir que em 2022 verificou-se o primeiro pagamento de acertos de compensação financeira relacionados com as obrigações de serviço público de 2020, facto que resultou na contabilização da operação de reexpressão pelo montante divulgado na RCM 162/2021, enquanto o remanescente foi registado como subsídio a exploração de 2022.

Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(34 311)	-
Outros	(729)	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 013 644	817 464
Outros	208 798	799 113
Total	1 187 402	1 616 577

O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades, com a exceção da Nomad Tech.

Variação nos Inventários da Produção (nota 30)

	(valores em euros)	
	2022	2021
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	4 621 214	3 826 472
Fabricos internos	680 371	698 786
Reparação de Rotáveis	3 940 843	3 127 686
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	(418 308)	2 500 248
Fabricos internos	-	(52)
Reparação de Rotáveis	(418 308)	2 500 300
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	3 826 472	3 935 106
Fabricos internos	698 786	698 291
Reparação de Rotáveis	3 127 686	3 236 815
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
	2 095 617	(824 703)

Esta rubrica apresenta uma variação de 2,9 milhões de euros, em resultado do aumento dos rotáveis em reparação e do trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante.

Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2022	2021
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	12 992 032	13 316 590

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Mercadorias	(9 009)	(46 953)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(32 934 523)	(25 336 237)
	(32 943 532)	(25 383 190)

O incremento verificado no montante 7,6 milhões de euros acompanhou o aumento da atividade da empresa, conforme divulgado na rubrica das vendas e prestações de serviços (nota 27) e na variação nos inventários da produção (nota 30).

Para esta subida contribuíram essencialmente o consumo de matérias-primas destinadas à manutenção e reparação com 4,5 milhões de euros e o consumo de combustível com 3,4 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Designação	(valores em euros)	
		2022	2021
621	Subcontratos	(19 395 343)	(19 270 389)
622/626	Trabalhos especializados e outros	(91 082 549)	(87 032 972)
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	(56 503 025)	(54 526 574)
623	Materiais	(967 755)	(13 061)
624	Energia e fluidos	(48 216 870)	(22 350 860)
625	Deslocações, estadas e transportes	(886 607)	(713 593)
		(160 549 124)	(129 380 875)

Em 2022, verificou-se um aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos no valor de 31,2 milhões de euros. Para este número contribui fundamentalmente o grande aumento nos gastos com a eletricidade para a tração de cerca de 25,9 milhões de euros; também influi no mesmo sentido o acréscimo dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura (2 milhões de euros), com a limpeza de instalações e de material circulante (1,4 milhões de euros) e com as rendas e alugueres, nomeadamente, de veículos rodoviários (2,6 milhões de euros).

Em sentido contrário, verifica-se a diminuição dos gastos com a conservação e reparação por avaria de material circulante (1,8 milhões de euros) e dos edifícios e de outras instalações fixas (1,2 milhões de euros).

Gastos com Pessoal (nota 34)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	(517 322)	(563 708)
Remunerações do pessoal	(118 938 271)	(114 404 488)
Indemnizações	(235 117)	(35 426)
Encargos sobre remunerações	(26 633 288)	(25 648 553)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	(3 360 536)	(3 386 612)
Gastos de ação social	(238 854)	(295 212)
Outros gastos com o pessoal	(583 686)	(680 737)
	(150 507 074)	(145 014 736)

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica, de 5,5 milhões de euros, resulta essencialmente do aumento do número de trabalhadores, mas também de um acréscimo dos abonos variáveis, especialmente de trabalho suplementar, em resultado da diminuição das restrições decorrentes da pandemia e retoma gradual da atividade.

Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Reversões		
Em investimentos financeiros	48 787	
Ativos não correntes detidos para venda	260 973	1 501 561
	309 760	1 501 561

Em 2022 regista-se uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 310mil de euros, que resulta essencialmente da recuperação de material circulante que se encontrava inoperacional e a sua reafecção ao serviço de transporte de passageiros no montante de 261 mil euros.

Outros Rendimentos (nota 36)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	8 367 632	4 355 089
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 930	1 843
Ganhos em inventários	45 350	131 022
Restantes ativos financeiros	2 319 185	1 161 548
Investimentos não financeiros	2 957	164 480
Outros	19 524 044	18 254 386
	30 261 098	24 068 368

Verificou-se um incremento de cerca de 6,2 milhões de euros face ao ano 2021 para o qual contribuíram essencialmente as seguintes variações:

- Aumento da rubrica Rendimentos suplementares em 4 milhões de euros maioritariamente justificada pela faturação à Infraestruturas de Portugal pelo custo suportado com transbordo rodoviário em 3,1 milhões de euros, ao abrigo do protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via.
- Aumento da rubrica Restantes ativos financeiros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima que representou cerca de 1,2 milhões de euros.
- A rubrica Outros contribuiu com uma variação positiva relevante de cerca de 1,3 milhões de euros, maioritariamente devido às regularizações dos passes navegante, "PART".

Outros Gastos (nota 37)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Impostos	(225 735)	(329 325)
Dívidas incobráveis	(143 385)	(4 510)
Perdas em inventários	(230 044)	(85 380)
Investimentos não financeiros	(615 282)	(1 525 598)
Outros	(8 483 005)	(5 409 820)
	(9 697 451)	(7 354 633)

Para a aumento registado de cerca de 2,3 milhões de euros contribuíram fundamentalmente o aumento da rubrica outros, nomeadamente pela avaliação cambial da participação da Eurofima que representou cerca de 1,5 milhões de euros, multa e penalidades contratuais (617 mil euros) e aumento dos gastos associados aos canais digitais (482 mil euros).

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(54 998 970)	(56 335 075)
Ativos intangíveis	(348 125)	(105 834)
IFRS 16	(1 707 684)	(1 715 592)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	185 276	1 906
	(56 869 503)	(58 154 595)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas. Estas são revistas anualmente, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	342 412	814 485
Total	342 412	814 485

O valor registado em 2022 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante (locomotivas).

Aumentos/reduções de justo Valor (nota 40)

A rubrica de aumentos e reduções de justo valor apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Ganhos		
Investimentos financeiros	-	2 965
Total	-	2 965

Em 2021 foi registado nas contas a valorização do Fundo de compensação do trabalho (FCT), considerando as unidades de participação detidas e respetiva valorização em 31/12/2021.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros obtidos	9 671	4 791
Total	9 671	4 791

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros suportados	(17 999 706)	(21 509 574)
Outros gastos e perdas	(1 100 694)	(1 505 908)
	(19 100 400)	(23 015 482)

Os gastos com juros e encargos financeiros suportados pelo Grupo CP no decorrer do ano de 2022 sofreram um decréscimo de 3,9 milhões de euros em comparação com o período homólogo, consequência fundamentalmente da redução nos últimos anos do passivo remunerado da empresa.

Garantias e Avals (nota 43)

	(valores em euros)
Garantias e fianças prestadas pelo Grupo CP:	
Garantias prestadas pela CP a terceiros	3 067 409

Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)

A Sociedade Alves Da Cunha, A Dias & Associados, Lda. apresentou honorários para o período de 2022, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, o montante 27.360 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)

Não temos conhecimento de qualquer situação que, em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado, devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

A dívida de financiamento junto da EUROFIMA, no montante de 50 milhões de euros, foi renegociada na data de vencimento de 28 de julho de 2023, e prorrogada, por mais 12 meses, com novas condições financeiras.

11

RELATÓRIO DE AUDITORIA





RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 527.687.147 euros e um total de capital próprio negativo de 1.876.363.183 euros, incluindo um resultado líquido de 9.183.233 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos entre 31 de dezembro de 2016 e 2021, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas). Apesar de, em 2022, O Grupo ter apresentado um resultado líquido positivo, em 31 de dezembro de 2022, ainda continua a apresentar um total de capital próprio negativo de 1.876.363.183 euros.

Tratando-se de um Grupo que presta um serviço público e considerando os resultados líquidos negativos acumulados, o financiamento da sua atividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa
Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax. +351 217 910 685
Escritório: Avenida da República, Edifício Estoril Office – A4 - Escritório 27 – Piso 3 • 2649 - 517 ALCABIDECHÉ • PORTUGAL
Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944
www.rmr-sroc.pt

Conforme divulgado na nota 2 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo reexpressou os saldos de 2021, decorrente do acerto da compensação pelas obrigações do serviço público prestado relativo ao ano de 2020. Este valor ainda não tinha sido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que havia muitas incertezas quanto às premissas subjacentes ao seu cálculo e incertezas quanto ao momento em que o reconhecimento desta compensação se tornaria efetivo. Só no decorrer de 2022, é que foi conhecido o valor final tendo, por isso, sido contabilizado com efeitos retrospectivos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

De acordo com a Lei 99-A/2021, de 31 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2022, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. deixou de ser classificada como uma Entidade de Interesse Público, deixando de ser obrigatório a divulgação da informação adicional prevista no artº10 do Regulamento (EU) nº537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e consequentemente o relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2022 foi adaptado em conformidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de setembro de 2023

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC n.º 1201
Registada na CMVM com o n.º 20160812



12

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 527.687.147 euros e um total de capital próprio negativo de 1.876.363.183 euros, incluindo um resultado líquido de 9.183.233 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, com exceção do resultado líquido positivo obtido no presente exercício, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora o Grupo se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.
2. Conforme divulgado na nota 1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2021 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.
3. Tal como indicado na nota 2 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procedeu à reexpressão retrospectiva das transações e saldos relacionados com o acerto da compensação pelas obrigações de serviço público prestado em 2020, em consequência da revisão do momento em que o reconhecimento desta compensação se tornou indiscutível. A fundamentação para a alteração do procedimento adotado no passado só foi aferida e consolidada após conclusão do processo de apuramento desta compensação no final de 2022, pelos motivos indicados na referida nota.



A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

Desde 1 de janeiro de 2022 que, de acordo com a Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, que revogou a alínea l) do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, a CP deixou de ser classificada como uma entidade de interesse público, tendo cessado assim a obrigatoriedade de divulgação da informação adicional prevista no art.º 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, razão pela qual, na presente Certificação Legal das Contas, foram suprimidas as secções relativas às “Matérias relevantes de auditoria” e ao “Relato sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014”, que figuravam na Certificação Legal das Contas referente ao exercício de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de setembro de 2023

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

13

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2022 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP e respetivas participadas (Grupo CP), referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2022.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)³ e as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos⁴, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2022, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa⁵, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2022. A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Datada de 22 de setembro de 2023.

⁴ Datado de 22 de setembro de 2023.

⁵ Assinadas em 14 de setembro de 2023.

CONSELHO FISCAL

- O ano de 2022 foi marcado pela recuperação pós pandemia, que se verificou em todos os segmentos, principalmente ao nível da procura e dos rendimentos, apesar da influência da guerra da Ucrânia e do nível de inflação, nomeadamente na subida dos preços dos combustíveis;
- Cabe ainda referir que se encontram por aprovar o Relatório e Contas do Grupo CP dos anos de 2016 a 2021⁶, situação esta que foi evidenciada como uma ênfase tanto na CLC como no relatório de auditoria externa.

É neste contexto que são apresentados as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o ano de 2022, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- a) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- b) Reuniões com a área financeira da CP;
- c) Reuniões com a Secretária-Geral;
- d) Realização de reunião com o ROC;
- e) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- f) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2021;
- g) Elaboração de parecer relativo ao 3.º trimestre de 2021;
- h) Elaboração do parecer relativo ao 1º trimestre de 2022;
- i) Emissão de parecer sobre a obtenção de financiamento junto da DGTF;
- j) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelos Conselho de Administração, nomeadamente sobre a utilização privada de imóveis do domínio público ferroviário.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, respetivamente, do Ministério das

⁶ Conforme assinalado, na nota 2 anexa às demonstrações financeiras do Relatório e Contas Consolidadas 2022, bem como nas ênfases da CLC e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, há que ter em consideração que o Grupo CP procedeu à reexpressão dos valores comparativos de 2021 nas demonstrações financeiras de 2022.

CONSELHO FISCAL

Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2022, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações se encontram reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social de 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,92% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade⁷;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), com o capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, à criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho, ao ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros.

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias, conforme suprarreferido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa⁸.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2022, ascendeu a cerca de 9,2 milhões de euros, representando uma melhoria significativa, de cerca de 23 milhões de euros, em relação ao resultado alcançado no ano anterior que ascendeu a -13,8 milhões de euros⁹.

⁷ Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

⁸ Designadamente, Nomad Tech, Lda (35%), TIP, ACE (33,33%), Metro ligeiro de Mirandela (10%), Metro do Porto (3,33%), Metro do Mondego (2,5%) e Associação Centro de Competências Ferroviárias (31,65%).

⁹ Tendo por base a reexpressão retrospectiva das transações e saldos conforme expresso nas Anexos às Demonstrações Financeiras- Referencial Contabilístico.

CONSELHO FISCAL

Para este resultado contribuiu, consideravelmente, o aumento dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros, em cerca de 84,5 milhões de euros, essencialmente, decorrente do acréscimo da procura, entre outras variações, registadas na demonstração de resultados da CP, conforme assinalado no parecer emitido relativamente às contas individuais.

Neste sentido, regista-se um aumento do EBITDA das atividades *core* (transporte e manutenção) em cerca de 19,5 milhões de euros e do Resultado Operacional do Grupo, em cerca de 19,4 milhões de euros, sendo ainda de destacar uma melhoria no Resultado Financeiro consolidado, em cerca de 3,9 milhões de euros.

Ao nível do resultado financeiro do Grupo, o mesmo ascendeu a -19,1 milhões de euros, registando-se uma melhoria face ao verificado em 2021, de cerca de 3,9 milhões de euros (+17%), fundamentado, essencialmente, pelo efeito da redução da dívida remunerada, conforme também já refletido no parecer emitido por este órgão referente às contas individuais da CP.

Relativamente ao Balanço do Grupo, assinala-se uma redução do Ativo, em cerca de 36,7 milhões de euros, no âmbito da qual se destacam a variação negativa dos ativos fixos tangíveis (ativo não corrente), em cerca de 30,1 milhões de euros, em virtude das depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento e, ainda, de outros créditos a receber, em cerca de - 44,5 milhões de euros, essencialmente pela redução nos devedores por acréscimos de receita, originado pela operação de reexpressão efetuada em 2021.

Acresce ainda de salientar, em termos do Ativo, a variação positiva verificada no saldo de caixa e depósitos bancários, em cerca de 32,2 milhões de euros, justificado pela CP nas limitações orçamentais que condicionaram a sua utilização em 2022, designadamente, para a amortização de dívida.

Em termos de Passivo, regista-se um decréscimo, em 2022, de cerca de 45,9 milhões de euros, assinalando-se, em particular, o decréscimo do saldo de fornecedores e outras dívidas a pagar, em cerca de 19,8 milhões de euros, destacando-se o decréscimo da dívida à IP – Infraestruturas de Portugal, SA (IP), em particular face ao efeito adveniente do facto de a faturação relativa aos últimos meses de 2021 ter sido paga no início de 2022.

Destaca-se, também, a redução verificada nos financiamentos obtidos, em termos de passivo corrente e não corrente, com uma variação global de cerca de - 22,3 milhões de euros (cerca de - 1%, relativamente ao verificado no ano transato), fundamentada nas operações de reembolso e de refinanciamento levadas a cabo pela CP junto do Estado, durante o ano de 2022.

No final de 2022, a dívida remunerada da CP, em termos de capital, ascendia a cerca de 2,1 mil milhões de euros, encontrando-se ainda pendente o processo de saneamento da dívida histórica da CP.

Assinala-se, ainda, uma evolução positiva no Capital Próprio do Grupo, em cerca de 9,2 milhões de euros, decorrente, principalmente, do efeito dos resultados transitados e do resultado líquido consolidado positivo de 2022.

CONSELHO FISCAL

No final de 2022, o Ativo do Grupo CP ascendia a cerca de 527,7 milhões de euros (- 6,5% relativamente ao ano de 2021), o Capital próprio a -1.876,3 milhões de euros (variação de 0,5%) e o Passivo a cerca de 2.404 milhões de euros (- 1,9%).

Assim, e embora seja de relevar a evolução bastante positiva dos resultados apresentados pelo Grupo CP em 2022, constata-se que, em face dos indicadores económico-financeiros, a estrutura financeira do Grupo CP continua a registar grandes desequilíbrios, com capitais próprios negativos decorrentes de prejuízos acumulados até ao ano de 2021.

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP¹⁰, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou em 2022 um resultado líquido positivo de 535,4 milhares de euros, representando um aumento de 46,7% em relação ao ano anterior, em resultado do crescimento das vendas e prestações de serviços (33,8%) e do decréscimo dos gastos com FSE (12,9%).

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de 632,7 milhares de euros e o EBITDA de 643,1 milhares de euros.

A empresa no ano de 2022 aumentou de 9 para 10 o número de trabalhadores.

De salientar que em virtude da conclusão em 2021 do processo em Moçambique relativo ao terreno em Maputo, com decisão favorável à Fernave, o contrato de compra e venda foi anulado, com a devolução do Sinal ao promitente comprador, tendo o remanescente do valor acordado e os custos do valor do terreno, sido contabilizados em Outros Ganhos e Outros Gastos.

- **ECOSAÚDE**

No final de 2022 a empresa apurou um resultado líquido de 95 milhares de euros, o que representou uma quebra de 17,2% face ao ano anterior (-19,7 milhares de euros), com um EBITDA de 178,8 milhares de euros (-22%) e um resultado operacional positivo de 138,8 milhares de euros, inferior em 24,2% face ao ano transato.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2021, com 24 trabalhadores do quadro, menos um que no ano anterior.

- **SAROS**

Em 2022, o resultado líquido cifrou-se nos 337,8 milhares de euros, inferior em 1,7% em relação ao ano anterior. O resultado operacional e o EBITDA tiveram uma quebra de cerca de 1%, situando-se nos 415,2 milhares de euros e 415,7 milhares de euros, respetivamente.

¹⁰ Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

CONSELHO FISCAL

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. e do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concorda, tendo os mesmos sido considerados no âmbito da preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2022, e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases, bem como as matérias relevantes de auditoria mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2022, atentas as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria.

Lisboa, 29 de setembro de 2023.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

António Farinha Simão

Os Vogais,

Teresa Costa

Cristina Freire

